



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
CULTURA, DESIGUALDADE E DESENVOLVIMENTO

O MEDO E SUAS VIAS DE CONSUMO:
uma análise do consumo e segurança da e na Rua São Domingos
– Feira de Santana/BA

JANAINA DA SILVA PALMA

Cachoeira – Bahia
Agosto de 2018

Ficha Catalográfica: Biblioteca Universitária de Cachoeira - CAHL/UFRB

Palma, Janaina da Silva
P171m O medo e suas vias de consumo: uma análise do consumo e
segurança da e na Rua São Domingos - Feira de Santana/BA /
Janaina da Silva Palma. – Cachoeira, 2018.
73 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Profa. Dra. Salete Nery.

Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em
Ciências Sociais: Cultura, Desigualdades e Desenvolvimento,
Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal
do Recôncavo da Bahia, 2018.

1. Sociologia urbana. 2. Sociabilidade. 3. Consumo.
4. Violência. 5. Criminalidade urbana. 6. Feira de Santana (BA).
I. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Centro de
Artes, Humanidades e Letras. Programa de Pós-Graduação em
Ciências Sociais. II. Título. III. Título: Uma análise do consumo e
segurança da e na Rua São Domingos - Feira de Santana/BA.

CDD: 307.76

JANAINA DA SILVA PALMA

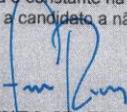
O MEDO E SUAS VIAS DE CONSUMO: uma análise do consumo e
segurança da e na Rua São Domingos – FSA/BA

Texto de dissertação apresentada ao Colegiado do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, do Centro de Artes, Humanidades e Letras da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof^a Dr^a Salete Nery

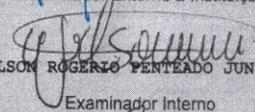
**Cachoeira – Bahia
Agosto de 2018**

Aos vinte e quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezoito, às 14h00, na Sala de Pesquisa Social/CAHL, instalou-se a banca examinadora de dissertação de mestrado da aluna Janaina da Silva Palma. A banca examinadora foi composta pelos professores Dr. Fernando de Jesus Rodrigues, examinador externo, UFAL, examinador interno, Dr. Wilson Rogério Penteado Junior, UFRB, e Drª Maria Salete de Souza Nery, UFRB, orientadora. Deu-se início a abertura dos trabalhos, por parte do professor Diogo Valença de Azevedo Costa, coordenador do Programa, que, após apresentar os membros da banca examinadora e esclarecer a tramitação da defesa, passou a presidência dos trabalhos à Professora Maria Salete de Souza Nery, que de imediato solicitou a candidata que iniciasse a apresentação da dissertação, intitulada O MEDO E SUAS VIAS DE CONSUMO: uma análise do consumo e segurança da e na Rua São Domingos - Feira de Santana/BA. Concluída a exposição, a Profª. Maria Salete de Souza Nery, presidente, passou a palavra ao examinador externo, Fernando de Jesus Rodrigues, para arguir a candidata, e em seguida ao prof. Wilson Rogério Penteado Junior, para que fizessem o mesmo; após o que fez suas considerações sobre o trabalho em julgamento; tendo sido (X)aprovado; () reprovado) a candidata, conforme as normas vigentes na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. A versão final da dissertação deverá ser entregue ao programa, no prazo de 60 dias; contendo as modificações sugeridas pela banca examinadora e constante na folha de correção anexa. Conforme o Artigo 43 da Resolução 072/2004 - CONSEPE, a candidato a não terá o título se não cumprir as exigências acima.



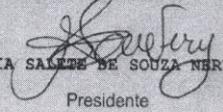
FERNANDO DE JESUS RODRIGUES, UFAL

Examinador Externo à Instituição



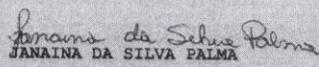
Dr. WILSON ROGERIO PENTEADO JUNIOR, UFRB

Examinador Interno



Dr. MARIA SALETE DE SOUZA NERY, UFRB

Presidente



JANAINA DA SILVA PALMA

Mestrando

"Há quem tenha medo que o medo acabe"

Mia Couto

Resumo

O projeto em tela tem por objetivo compreender como as disposições de uma cultura emotiva, no que se refere ao sentimento de medo em função da violência, seja ela real ou imaginária, influencia na dinâmica de manutenção de uma cultura de consumo de bens e serviços no campo da segurança privada e, portanto, na organização da rua enquanto um espaço de socialização e de sociabilidade. Para dar conta dessa proposta de pesquisa, farei uso de uma metodologia etnográfica contando com o aporte das técnicas de observações e entrevistas. Tomei como eixo das minhas observações o espaço da Rua São Domingos na cidade de Feira de Santana - BA, rua esta que me fornece tanto um repertório espacial, quanto de sociabilidades que justificam a delimitação desse local como do campo desta pesquisa.

Palavras-chave: Sociabilidade; Consumo; Violência.

ABSTRACT

The screen project aims to understand how the dispositions of an emotive culture, with regard to fear of violence as a function of violence, whether real or imagined, influences the dynamics of maintaining a culture of consumption of goods and services in the field of private security and, therefore, in the organization of the street as a space of socialization and sociability. In order to account for this research proposal, I will make use of an ethnographic methodology with the contribution of the techniques of observations and interviews. I took as an axis of my observations the space of Rua São Domingos in the city of Feira de Santana - BA, this street that gives me both a spatial repertoire and sociabilities that justify the delimitation of this place as the field of this research.

Key-words: Sociability; Consumption; Violence.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Efetivo das forças de Segurança Pública e da Segurança Privada no Brasil (2003-2004);

Gráfico 2: Percentual de trabalhadores por região em 2016.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Segmentos e atuações da Segurança Privada no Brasil.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Slogan da Prefeitura Municipal de Feira de Santana;

Figura 2: Mapa de Feira de Santana;

Figura 3: Visualização da Rua São Domingos pelo Google Maps;

Figura 4: Vista da entrada da Rua São Domingos, sentido Av. Getúlio Vargas;

Figura 5: Foto de satélite da Rua São Domingos;

Figura 6: Fachada da academia Latif;

Figura 7: Imagem retirada do *Instagram* oficial da Prefeitura de Feira de Santana;

Figura 8: Comentários referentes ao *post* da figura anterior.

SUMÁRIO

1. Introdução	11
2. “Da” e “na” Rua São Domingos	23
2.1. Estranhando o familiar	23
2.2. A memória e o esquecimento	30
2.3. O lugar do moderno	32
3. A narrativa da modernidade em seus muros	38
3.1. O cotidiano entre violência, medo e insegurança.....	38
3.2. O consumo e o princípio de acautelamento.....	45
4. Linhas que alinhavam a rua e costuram a cidade.....	59
4.1. A estruturação na performance da rua	59
4.2. Os contrastes de sociabilidade, a segregação em questão.....	64
5. Considerações finais	68
6. Referências	71

1. INTRODUÇÃO

“Todos os caminhos levam a Feira de Santana; o bem e o mal passam em Feira de Santana; a estação orbital passa em Feira de Santana; o rio que vai pro mar passa em Feira de Santana; o touro do sertão passa em Feira de Santana”.

(Carlos Pitta)

O sociólogo Wright Mills (2009), quando se propõe a refletir sobre o artesanato intelectual, demonstra que o intelectual encontra claramente os reflexos e significações da escolha de seu objeto de pesquisa na sua trajetória de vida e nas suas relações cotidianas, reforçando ao longo do seu texto que muito dificilmente é possível para um sociólogo separar o trabalho acadêmico das nossas relações cotidianas. Pois, dentro dessa perspectiva, foi na minha realidade cotidiana que me deparei com as inquietações que me trazem a essa pesquisa.

Antes de ser cientista social sou feirense, filha legítima da Princesa do Sertão¹. Reforço isso pois sou o fruto de uma mãe que veio com toda a família da cidade de Nova Soure (sertão da Bahia) e de um pai que veio de Valença (Baixo sul da Bahia), os dois como tantos outros saíram das suas cidades natais em direção a Feira de Santana pensando em “fazer a vida”, prosperar economicamente e, abraçados por essa cidade de transeuntes, aqui constituíram família e continuam até hoje. Eu cresci na “Terra de Lucas²”, me

¹Segundo o professor Raimundo Gamas, Ruy Barbosa em visita à Feira de Santana, entre os dias 23 a 26 de dezembro de 1919, afirmou em uma conferência realizada na cidade que esta localidade mereceria receber o título de “Princesa do Sertão”, e, segundo Ruy Barbosa, o município assumia com mérito o posto de cidade mais importante do interior do Estado, o que corresponderia a uma espécie de segunda capital da Bahia.

²Segundo o Jornal Folha do Estado: Lucas da Feira (nascido Lucas Evangelista em 18 de outubro de 1807, morto em 2 de fevereiro de 1849) foi um cangaceiro nascido filho de escravos em Feira de Santana. Se por um lado, alguns historiados argumentam que Lucas lutou contra a escravidão e foi um Robin Hood baiano, como teria sido o Zumbi dos Palmares, outros historiadores como Franklin Machado, Monsenhor Renato Galvão e Hugo Navarro relatam uma vida criminosa atribuída à vida de Lucas. Há um consenso, entretanto, que Lucas ajudou a

tornei uma torcedora do “Touro do Sertão”³, afinal são múltiplas as identidades que assumo diante da diversidade cultural que a minha cidade possui.

Perpassando, pois, por aquilo que considero uma geografia sentimental, pensando em um olhar situado, no que se refere a mim enquanto pesquisadora, optando por um observar do contexto corriqueiro dentro da minha própria realidade de interação social, e não no olhar que paira sobre a totalidade e pressupõe a ciência como algo superior aos demais conhecimentos, é que esse presente estudo se constitui. Por assim ser, reforço acreditar que a validade científica está situada dentro de uma teia de interações que só acontecem em um determinado tempo e espaço.

A minha trajetória de estudos nas ciências sociais sempre foi voltada às questões do crime e da violência, desde o grupo de pesquisa da minha iniciação científica até o meu trabalho de conclusão de curso⁴. Assim pude me debruçar na realização de estudos tendo sempre em tela a realidade da minha cidade e, baseada nesse processo de distanciamento e estranhamento do que sempre me foi “natural” e “familiar”, surgiu, durante a disciplina de Sociologia do Consumo, a inquietude que me fez colocar em perspectiva esses três pontos que permeiam esse estudo: a cidade de Feira de Santana, o risco e o consumo. Deste modo, o objetivo geral é compreender como as disposições de uma cultura emotiva, no que se refere ao sentimento de medo em função da violência, seja ela real ou imaginária, influencia na dinâmica de manutenção de uma cultura de consumo de bens e serviços no campo da segurança privada e portanto na organização da rua enquanto um espaço de socialização e de sociabilidade.

formar um dos primeiros grupos considerados como cangaço na primeira metade do século XIX. Existe hoje na cidade de Feira de Santana um movimento que se intitula “Terra de Lucas” e que tem como objetivo central não deixar o mito desse personagem bandido e/ou herói se perder no imaginário coletivo da cidade.

³O mascote oficial do Fluminense de Feira de Santana é o touro, símbolo da força e do poder que o clube possui. É por meio de seu mascote que o Flu ganhou o apelido pelo qual é conhecido, Touro do Sertão, fundado no dia 1º de janeiro de 1941.

⁴Trabalho intitulado “Violência, medo e sociabilidades em Feira de Santana – BA: Uma análise das percepções entre os estudantes de ensino médio do Colégio Estadual Doutor Jair Santos Silva” e apresentado ao curso de Bacharelado em Ciências Sociais (CAHL/UFRB) em fevereiro de 2016.

A CIDADE PRINCESA

É em meados do século XVIII que Domingos Barbosa de Araújo e Ana Brandoa, proprietários da Fazenda Sant'Anna dos Olhos D'Água, constroem uma Capela dedicada a Nossa Senhora Sant'Anna. Devido à localização privilegiada da fazenda, passou a ser ponto de referência para aqueles que trafegavam naquela região se constituindo então em um local de passagem, pausa para os viajantes e de devoção à santa.

Devido a essa localização privilegiada, no final do século, começa a haver um desenvolvimento do comércio, primeiramente baseado na venda de gado, que posteriormente deu origem a uma feira mais diversificada, que acabou por se transformar em um centro de negócios. Com o desenvolvimento da feira que passou a atrair pessoas da região para fazer compras no povoado, lojas começaram a aparecer em grande número; e, assim, foi chegando àquilo que constitui a mística em torno dessa cidade, o que se chama por aqui de progresso.

A cidade que nasce do comércio informal, de uma feira livre, e por motivos bastante semelhantes, posteriormente começa a atrair grandes indústrias para o seu entorno, assim como a criação do "Feiragui", feira especializada em produtos importados do Paraguai e da China, tem até hoje em seu horizonte essa perspectiva de um comércio próspero, como podemos ver na figura 1, slogan da prefeitura no mandato atual do Prefeito José Ronaldo de Carvalho (2016-2020), que remete a Feira de Santana como "cidade do trabalho".

Figura 1 Slogan da Prefeitura Municipal de Feira de Santana

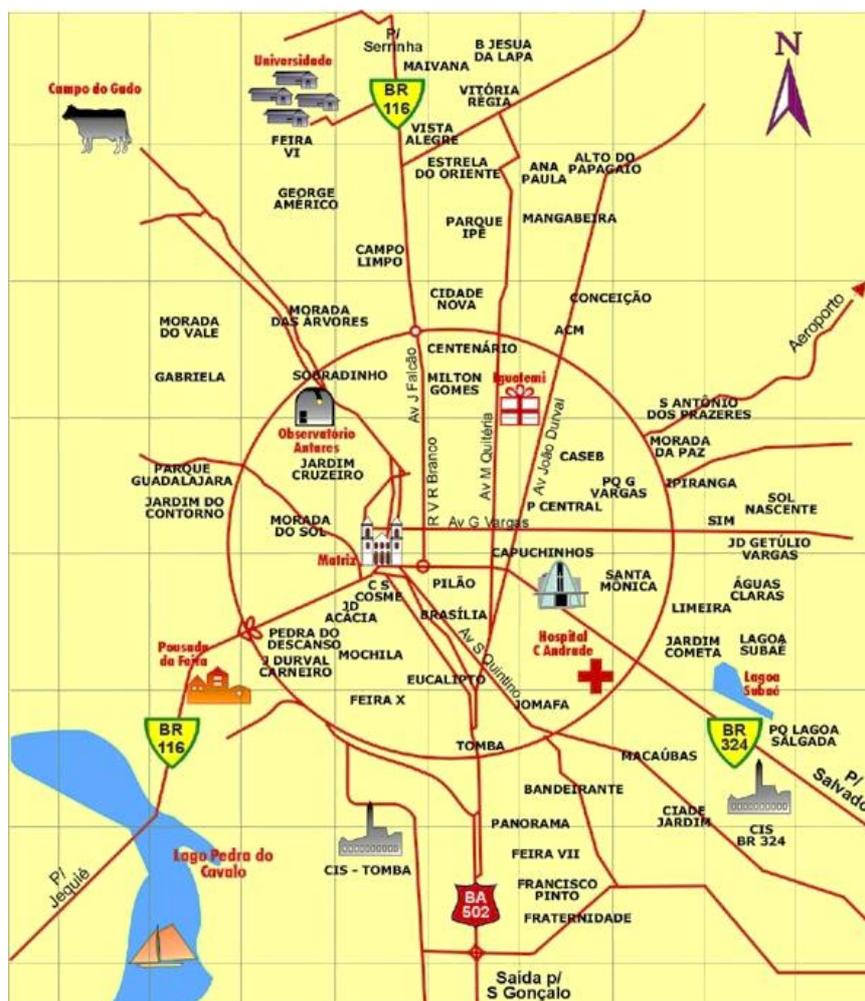


A cidade fica conhecida em diversas proporções por possuir uma localização considerada privilegiada. Está situada a 108 quilômetros da capital

Salvador, além disso é o município que possui o maior entroncamento rodoviário do norte-nordeste do país, onde se encontram as BRs 101, 116 e 324, além de várias rodovias estaduais, funcionando como um elo entre os estados do nordeste com o sul e sudeste do país. Devido a esta posição privilegiada, é o principal centro urbano, político, educacional, tecnológico, econômico, imobiliário, industrial, financeiro, administrativo, cultural e comercial do interior da Bahia e um dos principais do nordeste. O município se encontra naquilo que se denomina como zona de fronteira, esse tipo de zona é caracterizado pela incidência de contrabando de armas, de produtos, de pirataria e/ou, também, rotas do tráfico.

Observando a figura a seguir, podemos ver como se dá a forte divisão das forças comerciais no município:

Figura 2 Mapa de Feira de Santana



FONTE <http://mapasblog.blogspot.com.br/2014/08/mapas-de-feira-de-santana-ba.html>

Essa emergência de novos polos de desenvolvimento que caracteriza um processo de interiorização, e que se intensifica no final do século XX, faz com que essas áreas interioranas se tornem áreas atrativas de população, que, ao invés de migrar para as grandes capitais em busca de trabalho, se concentra no entrono desses novos polos interiores. Feira de Santana em 2010 registrou 556.756 habitantes e junto com os municípios circunvizinhos ganha uma força econômica tão expressiva que passa a constituir a região metropolitana de Feira de Santana.

A JÓIA DA PRINCESA

A rua que leva o nome de um dos dois santos padroeiros da cidade fica localizada em uma região que se caracteriza pela intersecção entre os bairros Santa Mônica e Capuchinhos, bairros estes que possuem uma história comum, pois foram fundados pelos frades franciscanos que ocuparam a região após a instalação da chamada Igreja dos Capuchinhos. Com isso eles foram os principais responsáveis pela colonização dessa região da cidade, assim como também pelos nomes que foram dados aos dois bairros: um foi chamado de Capuchinhos devido a igreja ali instalada, e o outro Santa Mônica, santa de devoção dos mesmos.

Entretanto, ao decorrer do desenvolvimento dessa região, o bairro Santa Mônica despontou em relação ao Capuchinhos, sendo considerado pelo imaginário local dos moradores da cidade enquanto uma região de maior prestígio econômico. Com isso, existe uma verdadeira disputa dos comerciantes da Rua São Domingos: quando observamos o mapa político da cidade, a rua está em uma zona considerada enquanto bairro Capuchinhos, mas as lojas, bares e restaurantes que se instalaram ali sempre se referenciam em seus endereços comerciais de divulgação enquanto Rua São Domingos, bairro Santa Mônica.

Figura 3 Visualização da Rua São Domingos pelo Google Maps.



Podemos observar na figura 3 que a rua em questão funciona como um elo de ligação entre duas das principais avenidas da cidade, que são sinalizadas desde a figura 2, a AV. Getúlio Vargas e a Av. Presidente Dutra. Dentro de todos esses destaques nos quais pode ser enquadrada essa rua, a São Domingos vem conquistando um espaço no que se refere ao cenário da cidade como um todo. A rua de uns dez anos para cá passa a ser conhecida por ofertar uma grande concentração de bares, boates e restaurantes, assim como grandes marcas de lojas de vestuário, hotéis, condomínio, tudo isso sempre dentro de um alto padrão de qualidade e de preços, o que faz do uso e consumo da rua e dos locais por ela ofertados um símbolo de distinção social entre os feirenses.

O MEDO E SUAS VIAS DE CONSUMO

Como já foi aqui apresentado, aqueles que frequentam a Rua São Domingos buscam uma determinada distinção na sua forma de consumir, mas o que pretendo ressaltar nesse trabalho é que essa rua conforma também um imaginário no que se refere à segurança. O que estou tentando demonstrar é que as pessoas reforçam a sua distinção quando compram produtos de

determinadas marcas, mas também quando a loja na qual consomem se encontra em determinada rua e possui uma estrutura climatizada, com monitoramento eletrônico, segurança particular na porta. Ora, quando se consome na Rua São Domingos, se consome bens, produtos, serviços, mas também se consome todo este aparato de segurança.

Portanto, o projeto de pesquisa que dá origem a essa dissertação tem como eixo central observar as vias de consumo disparadas por um sentimento, neste caso o sentimento de medo. Entretanto o consumo é compreendido aqui para além de sua dimensão econômica, sendo assim entendido enquanto um espaço de produção cultural-simbólica, o que faz do mesmo um meio de construção, reconstrução e mediação de formas de expressão de emoções, subjetividades e identidades. Diante dessas indagações, pretende-se dar conta do seguinte problema de pesquisa: Qual a influência do sentimento de medo no crescimento do mercado de segurança privada gerando o avanço de uma cultura de consumo destes produtos e serviços e uma contestação da eficiência do Estado em cumprir a sua função de assegurar a população?

Pretendo compreender como as disposições de uma cultura emotiva, no que se refere ao sentimento de medo em função da violência, seja ela real ou imaginária, influencia na dinâmica de manutenção de uma cultura de consumo de bens e serviços no campo da segurança privada e, portanto, na organização da rua enquanto um espaço de socialização e de sociabilidade. No entanto, para dar conta dessa proposta de pesquisa, como já foi apresentado anteriormente no texto, tomarei como eixo das minhas observações o espaço da Rua São Domingos, rua esta que me fornece tanto um repertório espacial, quanto de sociabilidades que justificam a delimitação desse local como do campo desta pesquisa.

Por objetivos específicos, temos: Entender como as alterações no espaço da rua, mediante o consumo desses bens e produtos do mercado de segurança privada, se manifestam no discurso dos indivíduos; investigar como o consumo vinculado ao sentimento de medo provoca uma reorganização social entre aqueles que detêm o poder de consumo desses bens e serviços, e se esse é um novo veículo de segregação social; observar como essas alterações

relativas à segurança privada no espaço da rua influenciam nas concepções e narrativas sobre esse espaço e no entendimento da rua enquanto um equipamento coletivo urbano em relação ao poder público.

DESENHO TEÓRICO-METODOLÓGICO

Este trabalho é compreendido dentro de um eixo de análise não hierárquico preconizando os diálogos internos às ciências sociais, sociologia e antropologia especificamente, pois observo que é esta uma condição *sine qua non* às ciências sociais.

Entendo que, em primeiro lugar, toda pesquisa social tem um aspecto necessariamente cultural ou “antropológico”, esta é uma condição também apresentada por Giddens (2009, p. 334-5). Esse mesmo autor vai ressaltar que para além dessa relação entre antropologia e a sociologia, as Ciências Sociais devem se alertar para a relação que se estabelece entre o conhecimento científico e o senso comum, quando se estabelece uma relação de pesquisa. Para dar conta dessa inquietação o autor cunha a noção de *dupla hermenêutica*:

A interseção de duas redes de significado como parte logicamente necessária da ciência social, o mundo social significativo constituído por atores leigos e as metalinguagens inventadas por cientistas sociais; há uma ‘oscilação’ constante de uma rede para outra envolvida na prática das ciências sociais (GIDDENS, 2009, p. 441).

A dupla hermenêutica pode ser entendida, em palavras mais simples, enquanto uma “mão dupla”, ou seja, ida e retorno que acontece entre o conhecimento que é produzido no que tange as teorias da ciência com aquele conhecimento que os agentes produzem mediante as suas ações e práticas diárias. Assim como Giddens, compreendo que para se definir algo em Ciências Sociais é preciso que o pesquisador esteja de alguma forma participando daquele contexto que está pesquisando, indo assim de encontro com aquilo que se definiria por um trabalho de gabinete ou por relatos de terceiros. É preciso

que o pesquisador vá a campo e participe da realidade da qual ele estuda, para que possa refletir sobre.

Essa pesquisa traz como método de interpretação a teoria da estruturação proposta pelo sociólogo Anthony Giddens. Essa teoria tem como eixo fundamental a observação de como se estabelece a relação entre a ação praticada mediante a agência do indivíduos e aquilo que se apresenta posto nas estruturas. Ou seja, “A teoria da estruturação baseia-se na premissa de que esse dualismo [estrutura/agência] tem de ser reconceituado como dualidade – a dualidade da estrutura” (GIDDENS, 2009, p. XXII), distanciando-se de outras tentativas de hermenêutica ou sociologia interpretativa que historicamente apresentam a relação entre “ação” e “estrutura” enquanto antônimos. Giddens propõe:

- 1) uma teoria do agente humano, ou seja do sujeito;
- 2) a descrição das condições e consequências da ação; e
- 3) uma interpretação da “estrutura” como algo que é parte integrante tanto das condições como das consequências dessa mesma ação. (GIDDENS, 2000, p.1).

A concepção de Giddens não é estruturalista, pois não parte das estruturas invariáveis e sim da união sintética entre estrutura e ação, por isso o nome vem justamente da junção desses dois termos, estrutura + ação. O que o teórico defende é que as práticas dos agentes é que vão contribuir para a mudança ou perpetuação das estruturas. Dentro da teoria da estruturação, entende-se que:

A ação humana ocorre como uma *dureé*, um fluxo contínuo de conduta, à semelhança da cognição. A ação intencional não se compõe de um agregado ou série de intenções, razões e motivos isolados. Assim, é útil falar de reflexividade como algo assentado na monitoração contínua da ação que os seres humanos exibem, esperando o mesmo dos outros. A monitoração reflexiva da ação depende da racionalização, entendida aqui mais como um processo do que como um estado, e como inerentemente envolvida na competência dos agentes. Uma ontologia de tempo-espaco como constitutiva de práticas sociais é básica para a concepção de estruturação, a qual *começa* a partir da temporalidade e, portanto, num certo sentido, da história (GIDDENS, 2009, p. 4).

Assim, essa teoria avança quando ele se propõe a superar a principal dicotomia da sociologia considerada clássica que é a dualidade entre indivíduo e sociedade. Entretanto esse avanço não se dá diante do anulamento dos pensadores clássicos (Marx, Durkheim e Weber), e sim de um constante diálogo com os mesmos. Primeiramente tentando se distanciar das teorias que tinham em sua base tirar a autonomia dos sujeitos em suas ações, sendo assim das teorias mais estruturalistas, ele toma como unidade de análise a dualidade da estrutura e como conceito fundamental para o desenvolvimento da sua teoria, o conceito de agência, visando sempre um agente diante da sua capacidade reflexiva.

Com isso, reforçando o que já foi aqui apresentado, demonstra como esse processo de interação entre o agente e a estrutura se dá no que podemos entender enquanto uma “mão dupla”, ou seja, uma retroalimentação dentro desse processo contínuo. Tenho sempre em vista que nenhuma teoria já deu ou dará conta da complexidade da realidade social, por isso as teorias sociais devem ser observadas e utilizadas não para entender um todo social e sim como uma forma de interpretar uma realidade delimitada por um recorte que deve levar em consideração um determinado tempo e espaço.

Dentro de tudo que já foi dito e buscando inspiração em trabalhos como os da Fraya Frehse, Tereza Caldeira e da Alba Zaluar, pensando, pois, em como dar conta do que foi delimitado enquanto objeto empírico e do recorte de espaço/tempo, trago enquanto método de pesquisa aqui utilizado a perspectiva centrada no exercício de “ver/olhar” e “ouvir/escutar”, portanto, as técnicas utilizadas a fim de dar conta dessa proposta são a observação direta, junto com a realização de entrevistas.

É notório dentro da história da antropologia que desde os estudos que são considerados clássicos, até os apontados enquanto pós-modernos, existem consideráveis mudanças no que se apresenta/entende pelo método etnográfico. “O antropólogo contemporâneo tende a rejeitar as descrições holísticas, se interroga sobre os limites da sua capacidade de conhecer o outro, procura expor no texto as suas dúvidas, e o caminho que o levou à interpretação, sempre parcial” (CALDEIRA, 1988, p. 133).

Por isso, quando me proponho a fazer um estudo sobre consumo relacionado a um princípio de acautelamento daqueles que habitam uma determinada rua, que existe dentro de uma cidade específica, e ressalto características que se destacam dentro deste período de tempo neste espaço, faço isso acreditando que a estrutura que ali se apresenta foi e é modificada mediante a agência desses mesmos indivíduos assim como da minha presença enquanto pesquisadora.

O texto está dividido em três capítulos. No primeiro capítulo, intitulado de “*Da*” e “*na*” *Rua São Domingos*, busco construir o imaginário do que vem a ser essa rua que ponho em tela, perpassando desde o estranhando o familiar constante no olhar da pesquisadora, passando pela memória e o esquecimento daqueles que detêm a história oral da rua, chegando então ao olhar daqueles que “consomem” a rua em sua diversidade. O segundo capítulo, por sua vez, tem como título “A narrativa da modernidade em seus muros” e traz como proposta delimitar e problematizar o consumo de segurança privada mediante o cotidiano dos agentes sociais que ali se estruturam, entre perspectivas de violência, medo e insegurança, passando assim a observar o consumo enquanto um princípio de acautelamento, para no terceiro capítulo, “Linhas que alinhavam a rua e costuram a cidade”, identificar os possíveis sinais de contrastes de sociabilidade, a segregação dentro do que tange a performance da rua.

2. “DA” E “NA” RUA SÃO DOMINGOS

Buscando caracterizar o imaginário da rua, dentro de uma perspectiva etnográfica, começarei “Construindo o familiar”, apresentando o meu imaginário enquanto pesquisadora e a minha relação com o meu campo de pesquisa. No segundo momento do texto, trabalharei com a história oral sobre a rua, buscando salientar as entrevistas com os moradores antigos daquele espaço e a relação entre “A memória e o esquecimento”. A partir daí, buscarei “O olhar do novo na rua”, revelando a visão dos “novos” comerciantes da rua, ou seja, daqueles que passam a ter lojas na rua, após a construção desse imaginário de distinção ser reforçado na cidade. Por fim buscarei “Aqueles que ‘consomem’ a rua”. Nessa parte irei me ater a falar da rua, apontando o olhar dos frequentadores e, portanto, consumidores.

2.1 Construindo o familiar

Por tantas vezes, nascer e se criar em uma cidade faz com que tenhamos a falsa sensação de saber tudo sobre aquele lugar. Não foi diferente comigo que, por sempre fazer parte da Terra de Lucas e sentir essa cidade como parte de mim, tinha a experiência de ser feirense como dada, sem problematizações. Entretanto, durante o processo de me tornar uma cientista social, para além de todos os questionamentos acadêmicos e teóricos que essa escolha me proporcionou, pude também trabalhar em pesquisas⁵ que foram aplicadas aqui.

Estar em contato com essas pesquisas me fez experienciar a minha cidade natal de uma outra forma, passar a olhar o seu espaço e as relações sociais que se constituem nesse território com um olhar mais crítico, poderia até falar de um processo de estranhamento. Mas, uma das coisas que mais me faziam refletir era o porquê desses pesquisadores virem de fora para pesquisar a minha cidade. O que tinha aqui de relevante a ser observado? Em que medida

⁵ Trabalhei na 1ª PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego do DIEESE e em um *survey* de vitimização produzido pelo GEPECS e financiado pela FAPESB.

eu, enquanto uma mulher feirense, poderia contribuir para uma produção científica que fizesse jus a todas as especificidades desta cidade princesa?

Foi mediante a esses questionamentos que passei a me permitir uma nova maneira de experienciar a minha cidade, agora então não só enquanto feirense, mas enquanto uma pesquisadora, cientista social em formação, cheia de inquietações e projetos. Compreendo, pois, que a percepção da cidade se dá na medida em que os seus habitantes, assim como aqueles que são ali transeuntes, passam a utilizar da mesma. Com isso me permiti gozar da minha cidade. Desse contexto, eu observo e compreendo como se a cidade fosse um texto, não-verbal, que só pode ser lido através das oportunidades de experiências, e foi assim que busquei ler Feira de Santana.

Durante as minhas idas e vindas, entre as referências acadêmicas e as experiências nas ruas da cidade, notei que existia um determinado lugar que provocava em mim estranhamento, uma rua que despontava de forma específica dentro do contexto da cidade: a rua São Domingos, que aos poucos tornava-se conhecida no imaginário da cidade, e sempre se destacava pela qualidade dos serviços que ofertava, assim como também pelo preço desses serviços, sempre visando atrair um público financeiramente mais diferenciado.

Tendo construído a minha trajetória acadêmica junto a um grupo de pesquisa, o GEPECS – Grupo de Estudos e Pesquisa em Conflito e Segurança Social; me envolvendo mais com os estudos sobre conflito e segurança, queria então fazer na minha dissertação algo que tivesse diálogo com os estudos voltados ao urbano e em especial que o lócus da pesquisa fosse na cidade de Feira de Santana. Posso dizer então que me despontei dentro da cidade que achava natural e familiar, como nessa rua, Rua São Domingos, que me provoca um estranhamento devido às suas características que buscam sempre um demarcador de distinção social e que me provocavam a curiosidade de moradora e pesquisadora desta cidade.

Buscando aquilo que apresenta a história dos estudos sobre o urbano nas ciências sociais no Brasil, em especial naquilo que vem a se configurar enquanto uma antropologia urbana, o que temos são estudos que se debruçam, via de

regra, sobre fenômenos sociais específicos e característicos de grupos economicamente desfavorecidos, o que se chamou de estudos de minorias, ainda que, por vezes, esses grupos sejam majorias se fôssemos observar os seus quantitativos em dados gerais.

O estudo de áreas urbanas sempre ocupou um lugar de certa importância nos estudos antropológicos desenvolvidos no Brasil. É verdade, entretanto, que muitos desses trabalhos não versam sobre problemas específicos da sociedade urbano-industrial. Tratam antes de estudos sobre certas categorias, ou grupos, ou fenômenos, os quais, embora não necessária e especificamente urbanos, podem ser encontrados e observados nas cidades modernas. Entram nessa classificação os trabalhos sobre minorias étnicas e raciais, sobre seitas ou manifestações religiosas. Se estes trabalhos não constituem uma antropologia urbana propriamente dita, não é menos certo que se estabeleceu entre nós, desde os tempos de Nina Rodrigues, uma tradição de estudos antropológicos realizados em cidades ou, mais particularmente, em grandes centros urbanos. É mais recentemente o interesse por problemas como os referentes à migração rural-urbana ou à população favelada, que são definidos especificamente por sua natureza urbano-industrial (CARDOSO & DURHAN apud CALDEIRA, 2011, p. 119)

Estava, então, ao buscar delimitar a minha experiência de pesquisa em um espaço pensado para ser frequentado por uma parte mais abastada da população feirense, me propondo a fazer algo no caminho contrário àquilo que era o convencional na tradição brasileira.

Neste sentido, a investigação antropológica no Brasil consistiu apenas em aplicar modelos de investigação propostos em outros países, e, especialmente, nos Estados Unidos. Lá, como aqui, nota-se que a grande maioria dos trabalhos antropológicos realizados nos contextos urbanos (excluindo-se apenas, e em parte, os referentes a imigrantes estrangeiros) concentra-se em grupos, “camadas menos favorecidas da população (CARDOSO & DURHAN apud CALDEIRA, 2011, p. 120)

Mas, o que existe nessa rua que a torna tão específica? Tendo o entendimento da “paisagem urbana como um signo ou um conjunto deles. Dessa forma, constitui-se como linguagem, um meio de comunicação, um texto não verbal passível de leitura e interpretação diversas, conflituosas, cambiantes e mutáveis” (AZEVEDO, 2015. p, 40). Vou trazer aqui tentativas de responder essa pergunta, a começar pela minha leitura da paisagem dessa rua.

Em minhas anotações mais iniciais defino a rua enquanto um “shopping a céu aberto”, pois ao adentrar a rua via que ali tinha: loja de frutas; açougue;

depósito de bebidas, uma com funcionamento 24h; residências; escola de língua estrangeira; imobiliária; loja de suplementos para piscinas; salões de beleza; papelaria; mercadinho; estúdio de fotografia; empresa de segurança e monitoramento; lojas de roupas e acessórios; centro médico de saúde; loja de seguros; escritório de contabilidade; academias de grande porte; material de skate; boate/ casa de shows; para além de diversos restaurantes onde cada um busca uma especialidade diferenciada, como casa da coxinha, hamburgueria, restaurantes de comida japonesa e chinesa, churrascarias; frutos do mar, entre muitos outros.

O cenário não é, nesta perspectiva, um conjunto de elementos físicos, nem deve sugerir a ideia de um *palco* que os atores encontram já montado para o desempenho de seus papéis. Aqui, é entendido como produto de práticas sociais anteriores e em constante diálogo com as atuais – favorecendo-as, dificultando-as e sendo continuamente transformado por elas. Delimitar o cenário significa identificar marcos, reconhecer dívidas, anotar pontos de intersecção – a partir não apenas da presença ou ausência de equipamentos e estruturas físicas, mas desses elementos em relação com a prática cotidiana daqueles que de uma forma ou outra usam o espaço: os atores (MAGNANI, 2008. p 37-8).

Bom, tomando então como cenário uma determinada rua, dentro de cidade específica, como já apresentei aqui, o que para além das disposições espaciais, da arquitetura, da organização dos equipamentos e serviços que ali estão estabelecidos, é relevante ser observado nesse ambiente dentro de uma perspectiva sociológica?

Como um dos fundadores da Sociologia alemã, Simmel (1983) possui uma forma particular de analisar a vida social. Para ele, “em qualquer sociedade humana pode-se fazer uma distinção entre seu conteúdo e sua forma”. Esta é a primeira proposição da teoria social simmeliana. A segunda proposição é a de que “a própria sociedade em geral refere-se à interação entre indivíduos” (SIMMEL, 1983, p. 165). Pode-se falar em sociedade quando os indivíduos estão em interação, a qual “surge com base em certos impulsos ou em função de certos propósitos”. Para o autor:

os instintos eróticos, os interesses objetivos, os impulsos religiosos e propósitos de defesa ou ataque, de ganho ou jogo, de auxílio ou instrução, e incontáveis outros, fazem com que o homem viva com outros homens, aja por eles, com eles, contra eles, organizando desse modo, reciprocamente, as suas condições – em resumo, para influenciar os outros e para ser influenciado por eles. A importância dessas interações está no fato de obrigar os indivíduos, que possuem aqueles instintos, interesses, etc., a formarem uma unidade – precisamente, uma “sociedade (SIMMEL, 1983, p. 166).

Neste sentido, tudo aquilo que está presente nos indivíduos sob a forma de impulso, interesse, propósito, sentimentos, inclinações, estados psíquicos, movimento, e que permite exercer algum tipo de influência sobre o outro, ou outros, ou que receba tais influências, Simmel designa como conteúdo, como matéria da socialização. A socialização é “a forma realizada de incontáveis maneiras diferentes pela qual os indivíduos se agrupam em unidades que satisfazem seus interesses”. São os interesses, quer sejam sensuais ou ideais, temporários ou duradouros, conscientes ou inconscientes, causais ou teleológicos, que formam a base das sociedades humanas.

Ao adentrar na rua, ao conviver com todo o repertório que é ali oferecido, assim como ao estabelecer contato com aqueles que frequentam aquele espaço e consomem dos bens e serviços oferecidos ali, os indivíduos estão assim também conformando sociabilidades, ou seja, estabelecendo socializações, formas de estar com o outro. Dessa forma, Simmel (1983) define o conceito de sociabilidade a partir da separação do que ele chamou de conteúdo e forma da vida societária.

Aqui, “sociedade” propriamente dita é o estar com um outro, para um outro, contra um outro que, através do veículo dos impulsos ou dos propósitos, forma e desenvolve os conteúdos e os interesses materiais ou individuais. As formas nas quais resulta esses processos ganham vida própria. São liberadas de todos os laços com os conteúdos; existem por si mesmas e pelo fascínio que difundem pela própria liberação destes laços. É isto precisamente o fenômeno a que chamamos sociabilidade (SIMMEL, 1983, p. 168).

Portanto, a sociabilidade entre os indivíduos, suas interações, garante a reprodução da sociedade onde os indivíduos são impelidos a viver em socialização. Ou seja, “quando os homens se encontram em reuniões econômicas ou irmandades de sangue, em comunidades de culto ou bandos de assaltantes

[por exemplo], isso é sempre o resultado das necessidades e de interesses específicos” (SIMMEL, 1983); essas organizações sociais constituem suas formas de sociabilidades, que são a todo o momento expressas simbolicamente nas práticas das relações sociais, da convivência social a fim de manter o meio social e como uma garantia de sua perpetuação. “Não é por mero acidente do uso da linguagem o fato de que a sociabilidade, mesmo a mais primitiva, quando assume qualquer sentido e consistência, dê grande valor à forma, à ‘forma correta’ (SIMMEL, 1983). A “forma correta” diz respeito às maneiras como os indivíduos convivem em um dado ambiente, como eles “devem” se comportar. São as qualidades pessoais de amabilidade, educação, cordialidade e carisma de todo tipo que decidem sobre o caráter do ser em comunidade.

Como categoria sociológica, sociabilidade é a forma lúdica da sociação. De acordo do Simmel (1983, p. 170), “ela não tem propósitos objetivos, nem conteúdo, nem resultados exteriores, ela depende inteiramente das personalidades entre as quais ocorre”. Neste sentido, as condições e os resultados do processo de sociabilidade dependem exclusivamente das pessoas que se encontram numa reunião social. Daí ser importante outras formas sociológicas de interação como o tato, a impessoalidade e a conversa. Pois então, não é isso que os agentes sociais estão em realizando quando frequentam um espaço como a rua em questão?

A sociabilidade, como diz Simmel (1983, p. 174), é o “jogo da sociedade”, e para jogar o jogo é preciso que os indivíduos tenham tato, isto é, que saibam compreender a situação e o momento em que estão inseridos. O ditado popular que diz que não se deve falar em corda em casa de enforcado resume a noção de tato, ao tempo que expressa o quanto que ele é importante para “manter” a sociabilidade entre as pessoas. Do mesmo modo, a impessoalidade é outro atributo fundamental da sociabilidade, posto que “riqueza, posição social, cultura, fama, méritos e capacidades excepcionais não podem representar qualquer papel na sociabilidade” (1983, p. 170). Os indivíduos devem “jogar o jogo” sem referências a qualidades que podem em determinadas circunstâncias distanciá-los. Daí a importância da impessoalidade. Finalmente, o atributo da conversa como o veículo mais genérico da sociabilidade posto que é ela que permite a liga, o condão que reúne as pessoas.

Na conversação sociável a conversa tem o legítimo propósito de si mesma, pois a conversa pressupõe uma via de mão dupla entre duas pessoas ou mais. De acordo com Simmel,

De fato, entre todos os fenômenos sociológicos, com a possível exceção de “olhar um para o outro”, a conversa é a forma mais pura e elevada de reciprocidade. A conversa é desse modo a realização de uma relação que, por assim dizer, não pretende ser nada além de uma relação – isto é, na qual aquilo que usualmente é a mera forma da interação torna-se seu conteúdo auto-suficiente (1983, p. 177).

Por esses mesmos motivos, a forma que eu enquanto pesquisadora escolhi para adentrar no meu campo, foi utilizando daquilo que a rua me oferece não só para consumir, como também para estabelecer e reforçar minhas sociabilidades. Nas primeiras vezes fui apenas para observar, fotografar e fazer anotações, até o dia em que junto com mais duas pessoas (minha mãe e meu irmão caçula) sentei para consumir na rua, almoçamos em um restaurante logo no início da rua, aproveitei também para explicar a eles os motivos de estarmos ali e do meu interesse naquele lugar.

Durante as minhas observações, e mediante as intervenções do garçom para saber o que consumiríamos ali, ele pode pegar trechos da conversa, e chegou a interagir sobre o tema, sorriu e disse que as minhas observações sobre o centro de abastecimento eram bastante interessantes (falarei sobre elas mais a frente, no texto), disse também que aquele restaurante estava ali a mais ou menos uns quinze ou dezesseis anos, o que reforça aquilo que eu já tinha no meu imaginário de feirense sobre o ouvir falar do desenvolvimento da oferta de serviços e assim da configuração rua enquanto um lugar diferenciado.

Seguindo com a refeição e com as discussões e especulações sobre as sociabilidades dos feirenses, minha mãe que mora na cidade há quase trinta anos, me relata as suas memórias de adolescente, quando era comum aos seus colegas que nos finais de semana, ou seja, no momento de lazer e interação, saíssem para realizar o que ela definiu enquanto “uma voltinha na Getúlio”, onde quem tinha carro ou moto passava por várias vezes subindo e descendo a avenida Getúlio Vargas, e quem não tinha os meios de transporte, mesmo assim ia andando para as proximidades da praça de alimentação na mesma avenida,

dali se encontravam, viam quem estava “de bobeira” na cidade e partiam para outros lugares, às vezes bares na própria avenida, ou para outros. Em seguida ela comparou aquilo que fazia há mais de vinte e cinco anos atrás com aquilo que os jovens de hoje fazem ao irem ali, na Rua São Domingos. São nessas memórias e nas novas sociabilidades que irei adentrar a partir daqui.

2.2 A memória e o esquecimento

Me recordo, bebendo nas minhas memórias de feirense, e posso arriscar dizer que antes dos anos dois mil esta rua não tinha a mesma força que apresenta hoje dentro do cenário da cidade. É junto com o imaginário de modernização que os anos dois mil trazem que também se desenvolve a ideia de um comércio modernizado, estilizado, especializado... que existe nesse ambiente. Atualmente ao adentrar na rua São Domingos, vindo no sentido da mão de trânsito, ou seja, vindo da Avenida Getúlio Vargas, temos dois grandes prédios logo nas esquinas que já demonstram a imponência daquilo que virá ao caminhar pela rua. Observe na imagem a seguir:

Figura 4: Vista da entrada da Rua São Domingos, sentido Av. Getúlio Vargas



Foto retirada pela pesquisadora durante a sua atividade de campo.

Na imagem acima, podemos observar que as duas esquinas possuem dois grandes empreendimentos, de um lado o “Shopping das frutas”, um lugar onde se consomem frutas e legumes selecionados, em um ambiente que além do estacionamento fácil, das frutas selecionadas e do ambiente climatizado, tem do outro lado da rua a “Skina de carnes” o que facilita o consumo combinado, pois nesse segundo estabelecimento se encontra desde a carne fresca, todo o material para fazer o churrasco, como o carvão, a churrasqueira, o gelo, as bebidas; como também se pode comprar a carne já assada para consumir em casa ou simplesmente usar do espaço de bar e restaurante para consumir ali mesmo. Isso ao meu ver indica o processo de modernização no que tange o consumo das feiras na cidade.

Se voltarmos à história da cidade onde costuramos a rua, veremos que desde o nome da cidade até o desenrolar das duas organizações sociais, assim como das suas sociabilidades, perpassam com a feira livre, ou seja, a feira que começou na rua, nos arredores do que hoje é o mercado de arte, e que diante do processo de modernização foi sendo realocada, posta para lugares menos visíveis e que não “atrapalhassem” o desenvolvimento do comércio local. Assim, a feira que antes se espalhava pelas ruas e becos passa a ser locada no espaço construído para ser o Centro de Abastecimento que posteriormente passou também a concorrer com os supermercados.

As condições físicas, após a relocação, continuavam quase as mesmas, com pouca preocupação em relação à limpeza, e nem todos os feirantes tiveram espaço no campo do centro. Como o número de boxes foi insuficiente para atender à demanda, os feirantes foram se instalando nos espaços vazios e inserindo fragmentos de feira em outros espaços da urbe (AZEVEDO, 2015. p, 76).

Dentro do desenvolvimento da cidade, ou do que é chamado processo de modernização, “o supermercado era um elemento que significava a modernidade e a inovação, e instaurava novas técnicas de comercialização, como o pagamento de cheques pré-datados, notas promissórias, e, posteriormente, cartões de crédito e débito” (AZEVEDO, 2015. p, 77). Na sequência desta mesma página, a autora segue afirmando que “isso induz a pensar que o hábito de consumir produtos do supermercado está diretamente ligado ao nível

econômico que detém o município”. Se relacionarmos esses fatos aqui descritos com aquilo que encontramos disposto nas duas esquinas iniciais da rua, me arrisco a concordar com a autora que no seu texto segue indicando que “assim, o supermercado promove o confronto entre o tradicional da feira livre e o moderno equipamento urbano, sendo mais um elemento de divisão socioeconômica e espacial.”

2.3 O lugar do moderno

Algo bastante recorrente no discurso político e no imaginário social da cidade são as noções de “moderno” e “progresso”, tratando-os aqui não como conceitos sociológicos, de certo que posteriormente podem vir a serem aprofundados enquanto conceitos, mas se tratando de como o senso comum abraça e idealiza esses dois termos, de forma a serem justificativa para diversas ações ao longo da história da cidade, algumas das quais apresentarei ao longo do texto. Ações que são demarcadoras para as reorganizações do espaço e principalmente das sociabilidades ali investidas.

Mas mediante o *lócus* de pesquisa, de onde parte o moderno na Rua São Domingos? Qual é o agente que começa a reestruturar aquele espaço o levando a vislumbrar a modernidade? Qual é o lugar da memória dessa rua que faz com que as mudanças iniciem até chegar a essa construção que é hoje destacada por ser um lugar de interação, diversão e de manutenção das sociabilidades no contexto da cidade?

É como se existisse apenas um grupo do todo social e se criasse e se identificasse com os seus monumentos, suas festividades e seus museus, criados para guardar aquilo que se escolhe para ser compartilhado com a sociedade. As especificidades dos inúmeros grupos que existem dentro do todo social são obscurecidas pelas memórias privilegiadas, ou seja, aquelas construídas por uma minoria, sem a qual esta rapidamente seria esquecida. Lugares de memória, via de regra, nascem para serem lembrados, são instituídos por algum grupo social, econômico e político. Podem ser, portanto, os guardiões de uma memória pensada que recria a história e tem uma lógica e uma intencionalidade subjacente (AZEVEDO, 2015. P 97).

Para poder compreender como se estabelece esse lugar de memória dentro da rua, voltei-me às leituras da história do município como um todo. Encontro que um dos fatores que marca o processo de urbanização e modernização da cidade é a criação do Centro Industrial Subaé – CIS.

Dentre os grandes fatos de modificação urbana, destaca-se também a implantação do Centro Industrial do Subaé (CIS), em dezembro de 1970, que fazia parte de uma política nacional de fortalecimento das relações entre as grandes regiões brasileiras, o então projeto de integração nacional. Paralelamente a este projeto, havia um outro, o da desconcentração industrial, reclamação antiga das elites econômica e políticas baianas. Assim, pode-se inferir que o CIS esteve ligado a planos nacional e estadual de crescimento econômico. (AZEVEDO, 2015. P 53).

Efetivamente, para além do crescimento econômico, o CIS trouxe para Feira de Santana um significativo crescimento populacional (AZEVEDO 2015), pois a instalação das indústrias atraiu muitas pessoas dos mais diversos lugares que migraram com a finalidade de conseguir trabalho nas indústrias e no comércio local, expandindo ainda mais o campo de exploração econômica da cidade já famosa por suas feiras de forte comercialização dos mais diversos produtos. O aumento populacional e o progresso econômico fizeram crescer também o consumo dentro da cidade, impulsionando a criação de novas empresas, bares, restaurantes que funcionam como veículos para a efetivação desse consumo.

Bom, voltando então à nossa rua em questão, seguindo esse momento em que a cidade começa a despontar no cenário econômico do estado, assim como com o crescimento daquilo que seria um público consumidor em potencial, junto à população da cidade. No ano de 1977 foi criado o Cortiço Drink's, localizado na rua São Domingos, nº 671. Desde o princípio funcionando como bar e restaurante, tendo como carro-chefe o churrasco, possui um cardápio variado, garçons sempre alinhados com suas gravatas borboletas, e ainda hoje é um ambiente que durante a semana é frequentado majoritariamente por grandes empresários e representantes comerciais que passam pela cidade, e nos finais de semana é uma das principais opções para o almoço da família feirense, assim como um local para assistir aos jogos de futebol, sempre exibidos em telões.

Mas, por que eu, enquanto pesquisadora, vivenciando a rua, elegi o Cortiço Drink's enquanto o "lugar da memória" dessa rua? Bom, efetivamente é um dos primeiros empreendimentos comerciais da rua, poderia dizer que eles começam a fazer a exploração dessa rua enquanto um ambiente comercial, e permanecendo ali por todos esses anos, mantendo uma boa média de público e por assim dizer uma estabilidade econômica. Arrisco dizer que esse foi o fio que começou a costurar a economia e a impulsionar a sociabilidade dessa rua.

Se observarmos a própria estrutura da rua, a disposição dos restaurantes e bares se dão no entorno do Cortiço Drink's. Seguindo do sentido de entrada pela Avenida Getúlio Vargas, existe uma clara concentração desse tipo de empreendimento no que concerne aos dois quarteirões que antecedem, assim como aos dois que sucedem, este empreendimento que fica em uma das esquinas da rua, como podemos ver na imagem a seguir:

*Figura 5: Foto de Satélite da Rua São Domingos
(O local sinalizado pela seta é onde se encontra o Cortiço Drink's)*



Imagem extraída pela pesquisadora através do aplicativo Google Maps.

Acima, através de uma imagem de satélite disponível em aplicativos de internet, podemos observar a localização do Cortiço Drink's, que aparece destacada pela seta vermelha, e assim visualizar a disposição em que a rua

começa a se desenvolver no sentido econômico. Podemos ver nos outros balões, alguns dos variados bares, restaurantes, lanchonetes, sorveterias, dentre outros serviços que passam a ser ofertados nesse entorno. Para alguns o Cortiço Drink's pode ser mais uma das tantas possibilidades dispostas na rua, mas, para a rua, esse é um eixo fundamental na história da sua organização.

E dentro dessa relação com a modernização e principalmente com a comercialização do espaço, onde casas que eram residenciais passam a receber empreendimentos comerciais dos mais diversos estilos, a relação com o novo, ou seja, com aquele que chega para desbravar o espaço em diálogo com aquilo que já se encontrava ali estabelecido anteriormente, dentro daquilo que já é considerada uma característica da cidade, o novo não engloba o tradicional, mas sim o substitui. Novamente vamos nos debater com as noções de senso comum, onde tudo pode ser feito em nome do progresso e da modernização.

Diversas literaturas (AZEVEDO,2015; BOAVENTURA, 2006; CARMO, 2016; OLIVEIRA, 2014) apontam que existem características bastante peculiares quando se trata dessa relação da urbanização, com o histórico, no que tange ao município de Feira de Santana. Se observarmos a cidade como um todo, vamos ver a dificuldade que existe daquilo que é considerado histórico resistir diante da ideia do progresso que está a passar por cima de tudo, principalmente dos imóveis, tudo em prol do que se convém chamar de modernidade.

Nos caminhos da cidade, em conversa com uma ex-moradora dessa rua, pude compreender como isso aconteceu também no espaço daquela rua. Essa senhora me relatou que, por volta de 35 anos atrás, ela foi moradora daquela rua São Domingos, em uma casa que ela reformou através de um projeto do arquiteto feirense Juraci Dórea⁶. Afirmou: “Aquela casa pra mim era uma obra de arte, o projeto de Juraci foi realizado a fio, era uma senhora casa”; entretanto disse que há uns quinze anos atrás ela vendeu a casa para um grande

⁶ JURACI DÓREA (Juraci Dórea Falcão) nasceu em Feira de Santana, Bahia, em 15 de outubro de 1944. Filho de Elberto Lisboa Falcão e Julieta Dórea Falcão. Arquiteto diplomado pela Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (dezembro de 1968). Dirigiu o Departamento de Cultura do Município de Feira de Santana, na administração do professor José Raimundo Pereira de Azevedo, de 1994 a 1996, período em que idealizou o Museu de Arte Contemporânea de Feira de Santana. Mestre em Literatura e Diversidade Cultural pela Universidade Estadual de Feira de Santana (março de 2003). Dedicou-se às artes plásticas desde o começo dos anos 60 e já participou de numerosas exposições no Brasil e no exterior.

empresário da cidade. Nunca imaginou o que aconteceria com aquele lugar que acompanhou em cada detalhe da construção.

Um dia eu estava em casa e uma vizinha da época da São Domingos me ligou, pedindo que fosse com urgência lá, pois ela não queria acreditar no que estava acontecendo, [...] quando cheguei eles estavam demolindo parte da estrutura da casa. Ao ver aquilo eu senti como se um pedaço de mim tivesse indo junto. Como pode alguém ser capaz de destruir algo tão significativo? E fizeram tudo isso pra construir uma academia que mais parece um galpão, e eu te pergunto, não poderiam ter conservado a arquitetura? (Relato de uma ex-moradora da Rua São Domingos)

Na imagem a seguir, extraída através de um aplicativo de computador, podemos observar de forma mais ampla a fachada em questão, onde hoje consta uma estrutura planejada, sem muitos detalhes e sem referências à antiga estrutura que ali se encontrava.

Figura 6: Fachada da academia Lafit



Imagem extraída pela pesquisadora através do aplicativo Google Maps.

Assim como este, muitos dos prédios que hoje compõem o comércio da rua foram totalmente modificados, alguns até reconstruídos nos últimos anos, passando das construções datadas historicamente, para prédios com fachadas modernas e bares com espaço para abrigar os clientes com conforto. Isso faz com que, dentre outras coisas, esta rua seja indicada como

um dos símbolos da “modernização” e “prosperidade” da cidade como um todo. Assim como,

a retirada da antiga feira livre do centro da cidade e as demais modificações urbanísticas provocam mudanças na memória urbana desta cidade, o que, conseqüentemente, implica uma memória coletiva diluída, fragmentada e, ao mesmo tempo, este espaço renovado proporciona novas memórias urbanas/memórias coletivas. Este movimento cambiante acontece com toda modificação ocorrida no espaço urbano (AZEVEDO, 2015. P 105).

Por isso, para compreender melhor a importância que tem a disposição das casas, da estrutura da rua, e como isso se reflete no que tange as sociabilidades praticadas ali no espaço, assim como as estratégias de segurança que são tomadas influenciam na forma como o espaço é compreendido e principalmente como ele é utilizado, pelas pessoas que passam e pelas que permanecem e vivem a rua constantemente.

Ruas, praças, edificações, viadutos, esquinas e outros equipamentos estão lá, com seus usos e sentidos habituais. De repente, tornam-se outra coisa: a rua vira trajeto devoto em dia de procissão; a praça transformou-se em local de compra e venda; o viaduto é usado como local de passeio a pé; a esquina recebe despachos e ebós, e assim por diante. Na realidade são as práticas sociais que dão significado ou ressignificam tais espaços, através de uma lógica que opera com muitos eixos de significação: casa/rua; masculino/feminino; sagrado/profano; público/privado; trabalho/lazer e assim por diante. Uma classificação com base nesses eixos de oposição não produz tipologias rígidas (rua como pista de rolamento; calçada, área de circulação de pedestres etc.) porque não opera com sentidos unívocos: às vezes, o espaço de trabalho é apropriado pro lazer, o do passeio é usado como local de protesto em dia de manifestação, o âmbito do masculino é inválido pelo feminino, a devoção termina em festa... (MAGNANI, 2008, p. 39).

Nos próximos capítulos vou me aprofundar nessa relação entre o espaço, os meios de garantir a segurança dos indivíduos e as sociabilidades que ali são investidas, priorizando a forma como se dá essa interseção. A ressignificação dessa rua está diretamente ligada ao processo de reinvenção da cidade, que começa como uma feira livre e se torna um grande polo econômico, tendo visibilidade para além do próprio estado.

3. A NARRATIVA DA MODERNIDADE EM SEUS MUROS

Nesse capítulo buscarei delimitar e problematizar o consumo de segurança privada. Para isso trarei algumas reflexões, primeiramente a definição sociológica de conceitos-chave como risco e medo, chegando então no conceito que acredito ser uma das chaves para o desenvolvimento desse trabalho, que é o *princípio de acautelamento*, partindo de uma perspectiva giddensiana. Posteriormente, buscando traçar um caminho na história dos estudos sobre consumo, busco reconstruir os caminhos que seguiram esses estudos e apontar as intersecções com as questões de segurança, chegando assim ao consumo de bens e serviços de segurança privada.

3.1. O Cotidiano Entre Violência, Medo E Insegurança

Nos estudos sociológicos, a construção de objetos de pesquisa como a violência, o risco, a insegurança e medo possuem uma complexidade que eu poderia aqui definir como uma especificidade que acomete aos pesquisadores que se propõem a essa empreitada, em que “o problema social (pode) invadir a análise sociológica, dificultando, ou até impedindo, a construção do objeto. Uma consequência disso, quando se analisam representações sociais, é assumi-las como sinônimo de verdade” (PORTO, 2010, p.13).

Quando nos atemos a estudar esse tipo de objeto, precisamos primeiramente endossar que as violências são múltiplas e essas experiências que, embora possam ter sido sofridas de forma individual, são sempre e em alguma medida socialmente condicionadas. Desse modo, a compreensão de situações problemas que partem de contextos violentos precisam integrar contextos e situações específicas. Portanto, ao fazermos referência à representação da violência no que tange à criminalidade urbana, não estamos falando apenas da prática objetiva do ato violento, mas de toda a simbologia que está implícita nesse tipo de conflitualidade.

a violência urbana está no centro de uma formação discursiva que expressa uma forma de vida constituída pelo uso da força como princípio organizador das relações sociais. Ou seja, a representação da violência urbana capta, simbolicamente, um âmbito da vida cotidiana em que ocorre a universalização da força como fundamento de um complexo orgânico de práticas que suspende – sem, entretanto, cancelá-la ou substituí-la integralmente – a tendência à monopolização da violência pelo Estado, generalizando e “desconcentrando” seu uso legitimado. Assim, esta representação pode ser considerada a chave para a compreensão sociológica de um complexo de práticas sociais que não são coerentes com as rotinas cotidianas estatalmente organizadas, mas que, tampouco, podem ou devem ser evitadas ou negadas. Por outro lado, deve-se também notar que a violência urbana se constitui como uma compreensão “exterior” deste complexo de práticas, pois seu ponto de vista é o das rotinas convencionais (por isso produz-se como um problema na realidade da vida cotidiana e, por isso, tal problema tem os contornos específicos que procuro apresentar neste texto), mas ao mesmo tempo expressa adesão ao modo como elas se organizam (SILVA, 2004, p. 58-59).

Tomando, pois, a situação problema ou o ato de violência, dentro do que tange o contexto urbano, enquanto essa compreensão exterior de determinadas práticas, é que visitaremos aqui o que apresenta Cappi quando propõe uma criminologia do olhar, e com isso refaz um caminho etimológico dos termos, no seu texto, *danger, risco e perigo* (2017), demonstrando as similaridades entre esses termos. Entretanto a decodificação que fazemos mediante o uso desses e a forma como reaplicamos na vida cotidiana, junto ao senso comum, é que refaz as nuances características de cada.

Em via de ordem prática, Cappi (2017) nos apresenta as seguintes definições: *danger* enquanto “situação na qual alguém se sente ameaçado em sua segurança, em sua existência - o que constitui uma ameaça para alguém ou alguma coisa” (p. 289-290); a palavra *risco* é apresentada pelo dicionário Larousse como “1. Perigo, inconveniente mais ou menos previsível, ao qual está exposto [...]; 2. Prejuízo, sinistro eventual que as companhias de seguro garantem mediante o pagamento de um bônus [...]” (p. 292); baseado no mesmo dicionário ele apresenta a palavra *perigo*, como “1. Situação em que a segurança de alguém ou de algo está ameaçada [...]; 2. Perigo que ameaça algo ou alguém” (p. 296).

Partindo dessas leituras e começando a pensar em uma dimensão teórica para os mesmos termos, “poderíamos dizer que a causa do perigo, sob esse ângulo, é... o próprio perigo ou a vontade a ele associada...” (CAPPI, 2007, p.

291). É dentro dessa perspectiva de entendimento que vou relacionar teoricamente o consumo.

A noção de “perigo-com-risco” contém uma dimensão do saber sistematizado. O “perigo-com-risco” é, de certa forma, o perigo que se analisa, que se objetiva nomeando-o precisamente – mobilizando categorias específicas -, que se explica distinguindo causas, que se coloca à distância em uma perspectiva de mestria e de controle. Assim, torna-se possível tomar medidas para reduzir o risco. (CAPPI, 2017, p. 294).

Nesta perspectiva, observando o aumento significativo do mercado de produtos e serviços no campo da segurança com o objetivo de “proteger” as pessoas, e adentrando no campo mais específico da teoria sociológica, busquei o que apresenta Giddens (2000), que me fez refletir sobre a demarcação temporal do que nos é apresentando enquanto a categoria “risco”. Tendemos a naturalizá-lo e tratá-lo enquanto algo que aparece da mesma forma em diversos espaços e tempos, entretanto o autor em tela nos leva a uma reflexão onde são demonstradas as especificidades das manifestações do risco dentro do período compreendido como moderno, replicando por exemplo que durante a idade média, salvo algumas aparições, não é comum discussões que apresentem esse conceito, nem ao menos que desenvolvam uma temática dentro da trama do risco. Eles atribuíam aquilo que entendemos por risco à algo que estava determinado pela sorte e/ou azar, ou a vontade de deuses ou seres mágicos. Observemos:

As culturas tradicionais não tinham um conceito de risco porque não precisavam disso. Risco não é o mesmo que infortúnio ou perigo. **Risco se refere a infortúnios ativamente avaliados em relação a possibilidades futuras.** A palavra só passa a ser amplamente utilizada em sociedades orientadas para o futuro – que vêem o futuro precisamente como um território a ser conquistado ou colonizado. O conceito de risco pressupõe uma sociedade que tenta ativamente romper com o seu passado – de fato, a característica primordial da civilização industrial moderna (GIDDENS, 2000, p. 33, *grifo nosso*).

Pensando dentro desta perspectiva de que o risco existe em uma projeção a expectativas futuras é que o autor vai definir aquilo que pode ser considerada a sua posição em que “o seguro é a partir da qual as pessoas estão dispostas a assumir riscos” (Giddens, 2000, p. 35), ou seja, o seguro é esse lugar de onde

projetamos o futuro e ao realizar essa projeção assumimos o risco de o desejado se concretizar ou não.

No livro *O mundo em descontrolado* (GIDDENS, 2000), o autor faz uma reflexão da modernidade, enquanto “época de rápida mudança” e, portanto, de descontrolado. Dentre outras discussões do conceito de “risco” e suas disposições, apresenta que existem dois tipos de risco: o *risco externo* é o que diz respeito ao que é experimentado como vindo de fora, da rigidez das tradições ou da natureza; e o *risco fabricado* fica sendo aquele que é criado pelo impacto do nosso crescente conhecimento, sobretudo, das situações em cujo confronto temos pouca experiência histórica, por exemplo, os riscos de acidentes ambientais.

O risco fabricado, todavia, não se liga apenas a questões da natureza. O autor ainda reforça que “a grande maioria das pessoas não passa muito do seu tempo, ao menos não conscientemente, preocupando-se com a guerra nuclear ou com qualquer outra das principais eventualidades das quais ela pode ou não ser uma metáfora” (GIDDENS, 1991, p. 146). O risco fabricado penetra em outras esferas da vida, diz respeito a tudo aquilo que diante das interferências do meio social, é imprevisível, que pode ocorrer independentemente do cálculo do indivíduo. São esses riscos que impulsionam os sentimentos como o de medo e principalmente é a fim de burlar esse risco e evitar a exposição ao medo que os indivíduos moldam as suas formas de sociabilidade e de consumo, passando a consumir de um mercado que vende seguridade. Baierl observa que:

A violência urbana tem ampliado o que denominamos medo social. Medo este construído socialmente e que afeta a coletividade (...). O medo social vem alterando profundamente o território e o tecido urbano e, conseqüentemente, a vida cotidiana da população. Todos se sentem afetados, ameaçados e correndo perigo. Ameaças reais, vindas de sujeitos reais, são contrapostas a ameaças potenciais típicos do imaginário singular coletivo, produzindo pelos índices perversos do crescimento da violência nas cidades. Isso se agrava pela forma como esses índices são veiculados e tratados pela mídia, pela fala corriqueira do crime e, principalmente, pela ineficiência e impunidade no papel da polícia e do Estado frente à questão social. Os sentimentos generalizados são de insegurança, ameaça, raiva, ódio, medo e desespero. (BAIERL, 2004, p. 20).

Desse modo, o risco é uma das dinâmicas mobilizadoras do moderno capitalismo, na medida em que suas transações comerciais estão orientadas para o futuro. A busca contínua do lucro impõe a incerteza da perda e, portanto, o risco. Daí, que desde as suas origens o capitalismo é acompanhado pelos sistemas de seguro.

Nesta perspectiva, as pessoas estão envolvidas num jogo caracterizado, por um lado, por situações de alarmismo e, por outro lado, por ações de acautelamento. A maneira mais eficiente de enfrentar o crescimento do risco fabricado é limitar a sua possibilidade mediante a adoção do chamado “princípio do acautelamento”, ou seja, tomar as ditas medidas de precaução, de tentar evitar ser atingido por algum risco.

Entre os riscos fabricados pela modernidade localizamos o risco de ser vítima da violência e da criminalidade urbana. O risco de ser vítima provoca insegurança e medo nas pessoas, fazendo com que essas, através do medo, reorganizem as sociabilidades para não enfrentar diretamente o medo. Neste sentido, pode-se afirmar que o sentimento de insegurança e medo são fruto da constituição da sociedade moderna. Se a sociedade moderna é uma sociedade de riscos, ela também é uma sociedade de inseguranças e medos provocados pelos seus próprios riscos.

Dentro disso temos não apenas uma questão relevante ao campo econômico com a expressiva geração de lucro que esse mercado oferece, mas uma percepção de que quanto mais cresce o consumo de “bens de segurança”, mais a questão de responsabilidade política do Estado-nação, enquanto ente responsável pela segurança pública é posta em questão, entendendo que o Estado não está cumprindo com uma das suas funções precípuas, conforme disposto no Art. 144 da Constituição de 1988, que dispõe que “a segurança pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, e exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio”.

Uma das grandes consequências dessa prática do consumo de bens e serviços de segurança privada é que, como demonstra Caldeira (2000), ela

demarca uma nova via de segregação social, pois quem detém o poder aquisitivo e pode pagar para ter acesso a esses meios assume um lugar diferenciado frente à insegurança constatada na sociedade moderna, enquanto aqueles que não possuem o mesmo poder de consumo ficam à margem dessa seguridade e tentam usar outros meios para burlar esse sentimento, o que por muitas vezes pode vir a alterar as suas sociabilidades.

O sentimento de medo é um relevante instrumento de análise dos governos. A sensação de (in)segurança passa necessariamente por um diálogo político, tendo em vista que é um dever do Estado garantir a segurança da população, levando em consideração principalmente a enorme influência que esse sentimento tem sobre os campos econômico, social e cultural. A insegurança, passa a ser, portanto, um problema social, já que, segundo a Carta Magna, a segurança é uma atividade pertinente aos órgãos estatais, onde em seu artigo 144, apresenta-se como “dever do Estado e direito e responsabilidade de todos”.

O surgimento e a manutenção do comércio no campo da segurança privada, sendo este alimentado pelo sentimento de medo, é um fenômeno complexo que faz dessa pesquisa um importante estudo a ser aprofundado. Indico a importância do tema, pensando que a realidade dos seus medos é o reflexo das suas expectativas futuras. Os indivíduos se sentem vulneráveis, vivem a iminência do risco que permeia a sociedade moderna. E com isso a cada dia estão se (re)organizando, promovendo um isolamento, um certo distanciamento preventivo, a fim de estar sempre se antecipando a possíveis violências, e com a ajuda desses dispositivos oferecidos pela segurança privada, estão cada vez mais promovendo uma nova forma de segregação social, a partir do distanciamento do outro, pois enxergam neste um potencial violento. Isso pode se dar de forma individual ou na conformação de grupos, ou seja, quando nos fechamos em grupo seletos que frequentam sempre os mesmo lugares, lugares esses que nos oferecem uma sensação de segurança, tanto por um aparato físico, quando por ver sempre as mesmas faces conhecidas, de pessoas seletas naquele ambiente. Esse recurso recai de outra forma, em outra situação, que é a diminuição da sociabilidade na rua, ou em lugares abertos, de livre circulação de pessoas, em detrimento da preferência por frequentar lugares

onde mesmo havendo uma grande circulação de pessoas, ao ser um ambiente onde se paga para acessar, existe uma pré-seleção de quem frequenta.

É fato que nas sociedades modernas existe um fenômeno de expansão de uma cultura de consumo, ligada ao sentimento de medo, “ampliando a solidão dos sujeitos e amplificando o imaginário social do outro como concorrente, como inimigo ou estranho, contribuindo para os contornos sociais de onde se visibilizam as interações entre indivíduos para esse novo caráter” (KOURY, 2014). Dentro desse contexto de um consumo que demarca uma nova fronteira de distanciamento socioespacial, entendemos que o mesmo se ratifica quando a “violência [é] expressa de diferentes maneiras pela mídia e que parece conformar o imaginário dos cidadãos, (...) usados pela cultura do medo como um sustentáculo e ampliação da indústria que a mantém” (KOURY, 2014). Este público consumidor impõe a necessidade da ampliação do mercado de bens e serviços de segurança privada não só no que diz respeito ao Brasil, mas também os fenômenos se ratificam em projeções mundiais.

Entendo assim que “a categoria das emoções, [...] representação coletiva que se impõe à consciência individual, mas, como representação, ela tornar-se-ia inconsciente: uma categoria de bases universais, porém, sempre reconstituída historicamente e socialmente” (KOURY, 2009). Partindo dessa categorização, entendo que para abordar as emoções como um conceito/objeto das ciências sociais é inevitável “inserir-las no rol daquelas dimensões da experiência humana as quais, apesar de concebidas pelo senso comum como “naturais” e “individuais”(…), estão muito longe de serem refratárias à ação da sociedade e da cultura” (REZENDE, 2010, p. 12).

Seja por medo de pertencer ou medo de ser excluído, dentre tantos riscos, os nossos medos podem ser variados, porém todos nós indivíduos sociais possuímos medo, sejam eles pequenininhos ou daqueles paralisantes. O fato é que ele, o medo, está sempre presente e consegue influenciar o mundo social, as nossas sociabilidades, enfim, ele influencia mesmo que indiretamente na organização social e cotidiana das pessoas, como veremos, inclusive nas formas de consumo.

3.2. O Consumo E O Principio De Acautelamento

Apesar de o consumo ultrapassar largamente o ato de comprar, afinal quando compramos algo estamos também conferindo sentido àquilo que compramos, assim como também onde e como compramos, o consumo é compreendido aqui para além de sua dimensão econômica, sendo assim entendido enquanto um espaço de produção cultural e simbólica, o que faz do mesmo um meio de construção, reconstrução e mediação de formas de expressão de emoções, subjetividades e identidades. Os estudos sobre o capitalismo vêm sendo tratados, dentro do que tange as Ciências Sociais, desde os clássicos do século XIX, contudo o que era considerado determinante às relações sociais eram os fatores de produção. Com isso os estudos sobre consumo de um modo bem geral eram colocados como um estudo marginal, como se fossem menos importantes diante das demandas sociais. Entretanto, ao mesmo tempo, com as crises que vêm acometendo o capitalismo, passa a emergir um interesse por esses estudos, principalmente no que se refere àqueles que se dedicam a observar o consumo enquanto um objeto da pesquisa social.

Começa então um movimento que busca demonstrar que os estudos sobre consumo não se tratam de um “luxo intelectual”, ou seja, de algo que está ali para alimentar uma vaidade do pesquisador, mas que existe uma demanda real para se questionar e compreender a vitalidade da “necessidade” de consumir. Outro fator que tem influenciado essa retomada dos estudos sobre consumo é a questão do risco relacionado a fatores naturais (BECK, 2010). É fato que o aquecimento global é influenciado principalmente pelo aumento de consumo de bens e, por assim também dizer, o aumento da produção de mercadorias tem indicado uma instabilidade, ou seja, o risco eminente de catástrofes naturais. Acontece de forma semelhante quando se observa o risco (GIDDENS, 2000) que acomete diretamente o sujeito, mediante ações violentas, como por exemplo, furtos e roubos, pois ao contrário do que indaga o senso comum, o problema da violência não está diretamente ligado a questões de pobreza, e sim a incitação ao desejo de riqueza e portanto de poder de consumo. Quando digo isso, estou falando principalmente da mídia que reproduz um

imaginário que estabelece perfis e metas de consumo (carros, roupas, celulares, entre outros), numa sociedade que diz que qualquer um pode enriquecer, entretanto esquece de mencionar que um dos pilares que mantém o capitalismo é justamente o da desigualdade, ou seja, apenas pouquíssimos de fato enriquecerão ou terão efetivas condições econômicas de custear os objetos de consumo que lhe são apresentados e se tornam objeto de desejo.

É preciso entender o consumo enquanto um objeto de estudo que como tantos outros carrega em si diversas implicações de sentido. “O consumo aparece como um formidável indicador da vida cotidiana, das construções identitárias, das questões políticas, dos modos de vida, das estratificações sociais e da globalização” (DESJEUX, 2011, p 14).

Se observarmos os clássicos dos estudos sociológicos já demonstravam a relevância social de se observar o consumo, mesmo que estes autores colocassem essa observação como uma coisa secundária ou não prioritária dentro dos seus próprios estudos. Passando então a observar os intelectuais considerados pioneiros nas discussões sobre consumo, ou seja, apontando-o enquanto um objeto de relevância aos estudos sociais, poderemos observar que teremos o mesmo objeto apresentado de duas maneiras. Veremos em um momento o consumo como indicador de distinção social versus o consumo como fator de integração social.

Veblen, que escreve as suas teses em um momento histórico em que se desenvolvem também os símbolos da mobilidade americana, como o automóvel e os eletrodomésticos, esses símbolos que por exemplo vêm fortemente reforçar os demarcadores de gênero, o “lugar” da mulher e do homem na sociedade e, por assim dizer, como deve ser o “consumo” da mulher e do homem, influenciando diretamente no exercício de “naturalização” do consumo, explicita:

Gradualmente, a atividade industrial se sobrepõe à atividade predatória na vida diária da comunidade e nos hábitos de pensamento dos homens; à medida que isso acontece a acumulação de bens toma cada vez mais o lugar de troféus obtidos em façanhas predatórias, como o índice convencional de prepotência e de sucesso (VEBLEN, 1985, p. 28).

Segundo Desjeux, ao levantar a problematização de “*A teoria da classe ociosa*”, para fins de demonstrar e comprovar o seu conceito de consumo *conspicuous*, Veblen vai desenvolver uma dupla tese.

Uma que mostra a permanência da classe de lazer através dos períodos que vão da “barbárie” à época moderna – é a tese da distinção social - ; e a outra implica que se assista, no século XIX, a um retorno paradoxal da relação homem/mulher, mas sempre em proveito dos homens – é a tese da dominação masculina. Para demonstrar sua tese, Veblen reúne a história da sociedade em dois grandes modelos simplificados: o período antigo, no qual funciona uma “cultura predatória” (*predatory culture*), e a época moderna, a do capitalismo triunfante nos Estados Unidos no século XIX, isto é, de sua idade de ouro (*the gilded age*) (DESJEUX, 2011, p 28).

Diante desses pontos de observação que o autor toma para sua análise, demarca o seu entendimento sobre as relações que se estabelecem socialmente mediante o consumo, ou seja, esses dois pontos de observação supracitados são um reflexo da demonstração que Veblen, ao tomar o consumo enquanto um objeto, o entende enquanto um veículo de distinção social.

Já se notou que o termo “ócio”, na conotação que tem neste estudo, não implica indolência ou quiescência. Significa simplesmente tempo gasto em atividade não-produtiva. Gasta-se tempo de modo não-produtivo: primeiramente, por um sentimento de indignidade do trabalho produtivo e, em segundo lugar, para demonstrar a capacidade pecuniária de viver uma vida inativa. O homem ocioso não passa todo o seu tempo diante dos olhos dos outros, a fim de regalá-los com o espetáculo do ócio honorífico que, segundo o esquema ideal, constitui a sua vida. Parte do seu tempo gasta-o ele forçosamente longe dos olhos do público [...]. tem de encontrar um meio de mostrar a todos que passa no ócio também as horas gastas longe de espectadores. Isto só pode ele fazer indiretamente, mostrando algum resultado tangível e duradouro do seu ócio; isto é, só pode fazê-lo como fazem os artesãos e servos que ele emprega, exibindo os produtos tangíveis e permanentes de seu trabalho (VEBLEN, 1985, p. 36).

Ao propor essa diferenciação entre níveis de complexidade de ócio, de consumo e principalmente de formas de consumir, o que o autor quer enfatizar é que dentro do contexto moderno o nível de consumo do indivíduo é considerado um fator de inclusão ou de exclusão social, ou seja, o consumo seria uma força de coesão social.

A “grande transformação” do Ocidente incluiu não apenas uma “revolução industrial” mas também uma “revolução do consumo”. Esta comunidade argumenta, agora, que tal revolução do consumo representa não somente uma mudança nos gostos, preferências e hábitos de compra, como uma alteração fundamental na cultura do mundo da primeira modernidade e da modernidade. A revolução do consumo é encarada agora como tendo modificado os conceitos ocidentais de tempo, espaço, sociedade, indivíduo, família e estado. (MCCRACKEN, 2003, p. 21).

Ao passo da Segunda Guerra Mundial, ocorrem algumas transformações nas dinâmicas de consumo; primeiramente com a expansão do uso do automóvel enquanto facilitador de locomoção, e portanto o crescimento do consumo de carros; depois, com o crescimento de outras atividades. Retomando essas ideias, Mary Douglas em 1979, junto com Baron Isherwood, publica o livro *O mundo dos bens de consumo*, considerado um clássico no que se refere à literatura sobre o tema; entretanto nesse momento o lazer não é mais classificado como fazia Veblen como uma atividade exclusiva de uma classe ociosa. Pelo contrário o que se relata é o crescimento do lazer em massa concomitantemente com o fator do desenvolvimento da habitação urbana, diretamente ligado ao consumo de bens e produtos para o funcionamento dessa habitação, como por exemplo, eletrodomésticos e produtos de decoração; por fim, e tomando por base as leituras aqui já citadas, podemos relatar o desenvolvimento dos estabelecimentos comerciais.

Hoje, no final do século XX, muita gente argumenta que estamos no limiar de uma nova era, a qual as ciências sociais devem responder e que está nos levando para além da própria modernidade. Uma estonteante variedade de termos tem sido sugerida para esta transição, alguns dos quais se referem positivamente à emergência de um novo tipo de sistema social (tal como a “sociedade de informação” ou a “sociedade de consumo”) (GIDDENS, 1991, p. 11).

Quando Giddens (1991) vai relatar essas transformações pelas quais a modernidade passa, no período por ele estipulado no final do século XX e que se estende até os dias atuais, e por assim fazer, nos possibilita compreender que essas alterações estão diretamente ligadas ao consumo, o autor aponta fatos que reverberam no fato de que o fenômeno do consumo deixou de ser visto apenas como mero reflexo da produção, como era feito pelos estudos de base

teórica marxista, e transformou-se num objeto central das novas dimensões identitárias inerentes à “modernidade reflexiva” (GIDDENS, 1991).

A discussão sobre a posição do “indivíduo” no atual contexto de modernização das sociedades, em especial no interior dos processos de globalização e mundialização, se torna indispensável para nossa análise na medida em que o próprio desenvolvimento da sociedade de consumo se encontra pela dicotomia entre a padronização e a atomização das escolhas, o determinismo e a autonomia da ação individual, a objetificação e a subjetificação das relações sociais medidas pelo consumo. (RETONDAR, 2007, p 69).

Diante das observações de Retondar (2007) e daquilo que já havia sido apresentado por Giddens, o que podemos levantar é que consumo é um fenômeno social e, portanto, não pode ser interpretado meramente como resultado de ações de meros indivíduos consumidores. Observarmos que,

Se a sociedade de consumo racionalizou a produção, através da propagação e reprodução da “necessidade” em larga escala, ela “reencantou” o mundo ao reintegrar o “desejo”, o “prazer” e a “volição” em uma nova ética que orienta o comportamento e a ação do homem nos quatro cantos do mundo, mesmo que estes sejam “momentos de efemeridade”. (RETONDAR, 2007, p. 113).

Nesse contexto e buscando transfigurar a imagem do consumidor passivo, Retondar (2007) apresenta o que vem a ser a discussão de uma hipertrofia do individualismo, em que o consumo é peça fundamental dessa configuração. “Poderíamos assim afirmar que o ato de consumo se caracteriza como uma forma contemporânea de “ação social” que se desdobra – tal qual nos termos desenvolvidos pelo próprio Weber –, em um tipo específico de relação social” (RETONDAR, 2007).

Com isso o que se apresenta é que essa subjetividade do indivíduo consumidor vai sendo definida no interior desse processo de consumo, não sendo assim uma subjetividade puramente “psicológica”, mas produzida e reproduzida no interior de processos sociais, das dinâmicas de distinção social (BOURDIEU, 2007) pelo consumo de mercadorias que carregam consigo valores simbólicos, pela recorrente renovação do consumo, ou seja, pela lógica da distinção e da individualização. Dentro desse contínuo de pensamento,

passamos a observar aquilo com que os teóricos Bourdieu e Giddens contribuem para essa discussão:

Ao invés de enxergar o sujeito (ou o agente social) apenas como mero executor de estruturas, tais encaminhamentos epistemológicos começam a ver os agentes sociais como capazes de dinamizar a cultura. Se antes a ênfase era absoluta na esfera de produção, como no caso da teoria marxista, passa-se a referir sobre as diferentes formas com que os bens são incorporados pelos consumidores. (PASSOS, 2011, p. 114).

Os estudos sobre consumo vêm se consolidando dentro do que tange as ciências sociais, principalmente no que se refere a essa mudança no que é utilizado para observar a relação entre os agentes envolvidos nessa dinâmica desde o produzir até o consumo final, sendo influenciadas epistemologicamente principalmente por teorias que, a partir da década de 1980, “ênfatizam que os sujeitos sociais são agentes de sua prática e não apenas reprodutores de significados pré-dada por sua cultura” (LIMA, 2010 apud PASSOS, 2011).

Associar, com exclusividade, à violência à pobreza, à desigualdade, à marginalidade, à segregação espacial, etc., pode levar a desvendar apenas uma parte, importante, mas insuficiente, da explicação sociológica do fenômeno, já que exclui manifestações de violência, protagonizadas e sofridas pelas camadas mais favorecidas da população assim como exclui, também, fenômenos que povoam o imaginário social, produtor e produto de representações sociais da violência. (PORTO, 2010, p. 15).

Para além dessa relação de proporcionalidade acima citada, outra relação de causa e consequência que podemos observar diante da relação entre consumo e violência é que as pessoas passam a utilizar de um princípio de acautelamento⁷ a fim de tentar driblar a possibilidade de ser acometido por atividades violentas: é o consumo de bens e serviços de segurança privada. Para além de causar uma sensação de segurança nos indivíduos consumidores, também movimenta toda uma estrutura comercial de oferta e consumo que movimenta bilhões de reais no país, merecendo assim uma observação mais a fundo no que tange os estudos sociais.

⁷ Ver Giddes (2000)

Diante disso, o que aqui entendemos por uma “indústria do medo” é aquela parte da produção industrial que é responsável pela produção de produtos que visam proteger o indivíduo, assim como aquelas empresas que vendem serviços vinculados à segurança como, por exemplo, a vigilância privada, lembrando que estes seguem a lógica mercadológica do capital que tem por objetivo final o lucro. Sendo assim, sigo analisando as disposições daquilo que é identificado por uma cultura consumo, que em linhas gerais podemos definir da seguinte maneira:

A **primeira** concepção de que a cultura de consumo tem como premissa a expansão da produção capitalista de mercadorias, que deu origem a uma vasta acumulação de cultura material na forma de bens e locais de compra e consumo. Isso resultou na proeminência cada vez maior do lazer e das atividades de consumo nas sociedades ocidentais contemporâneas, fenômenos que embora sejam bem-vindos por alguns, na medida em que teriam resultado em maior igualitarismo e liberdade individual, são considerados por outros como alimentadores da capacidade de manipulação ideológica e controle “sedutor” da população, prevenindo qualquer alternativa “melhor” de organização das relações sociais. Em **segundo** lugar, há concepção mais estritamente sociológica de que a relação entre a satisfação proporcionada pelos bens e seu acesso socialmente da exibição e da conservação das diferenças em condições de inflação. Nesse caso, focaliza-se o fato de que as pessoas usam as mercadorias de forma a criar vínculos ou estabelecer distinções sociais. Em **terceiro** lugar, há a questão dos prazeres emocionais do consumo, os sonhos e desejos celebrados no imaginário cultural consumista e em locais específicos de consumo que produzem diversos tipos de excitação física e prazeres estéticos (FEATHERSTONE, 1995. p31, *grifo nosso*).

Partindo desse entendimento, o consumo no que diz respeito aos bens ofertados com fins de promover segurança aos indivíduos, também devem cumprir esses mesmos três requisitos supracitados, que se reconhecem nos indivíduos, primeiro como consumidores e então como agentes com capacidade de ação para a transformação social e política (CANCLINI, 1995) é que passo a refletir aqui sobre a utilidade em face aos possíveis padrões de consumo⁸. Portanto o que temos é que essas mercadorias estão sendo consumidas com a intencionalidade de trazer uma segurança para o seu consumidor final, pois estes se sentem expostos a algum risco, seja este risco algo interno ou externo.

⁸ “Os padrões de consumo são entendidos como as práticas que concretizam tanto um determinado *modo* de consumo, um determinado tipo de relação com os bens, como também reproduzem recorrentemente este modo em *hábitos* de consumo particularizados” (ROCHA, 2013.p5).

No entanto, para entender melhor o contexto em que isso se confecciona, observamos que:

Para assegurar a paz, tão precária no período feudal, e atender as demandas coletivas de segurança, o estado moderno, foi criado para exercer o que se chamou “monopólio da violência legítima”. Isso quer dizer que, através do seu maior poder de fogo, o Estado passou a arbitrar os conflitos e a exigir o cumprimento de suas decisões judiciais. A ordem e a vingança privada deixaram de vigorar. Quando apenas algumas instituições estatais, como a polícia e as forças armadas, podem fazer uso da violência legalmente para proteger o cidadão, o Estado adquire a capacidade de impor uma decisão judicial. Atrás desse poder está a ameaça do uso da força para fazê-la cumprir (ZALUAR, 1996. p43).

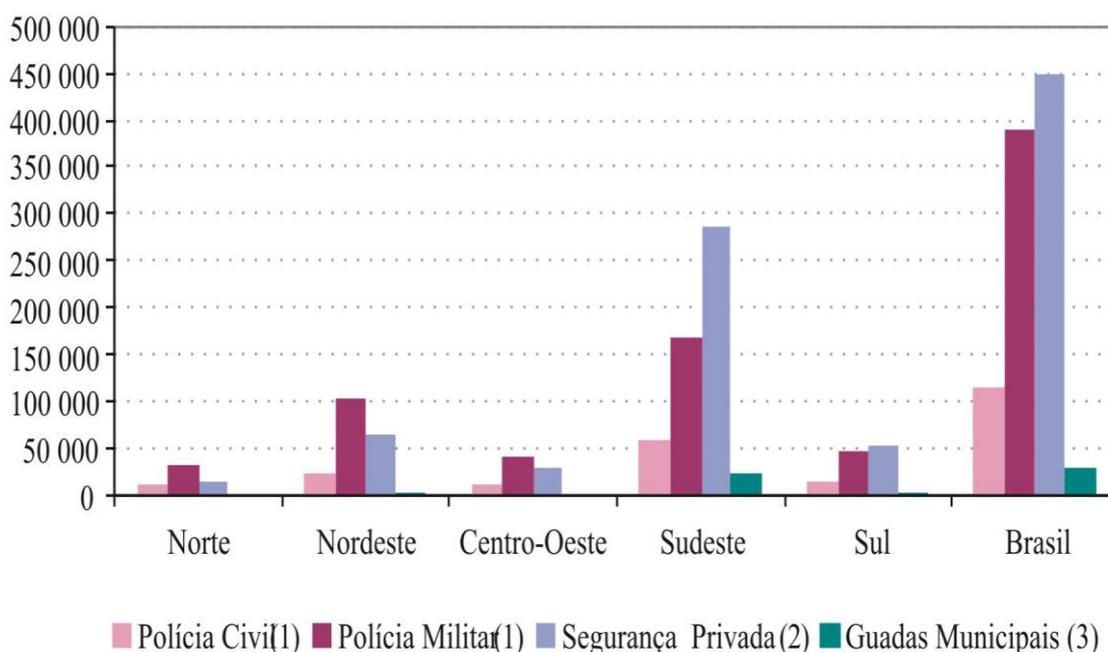
Entendemos assim que “a legitimidade de um governo nos tempos atuais depende, em boa medida, de sua capacidade de manter ordem no seio de populações residentes em territórios juridicamente submetidos à sua autoridade” (SAPORI, 2007). O fenômeno do crescimento desse mercado consumidor e conseqüentemente dessa oferta de produtos e serviços que reforçam o setor da segurança privada vem justamente nessa mão de contestar o monopólio legítimo da violência e da força física pelo Estado, sendo que como é apresentado acima por Zaluar, esse monopólio é um dos demarcadores do estado moderno, que em suas (re)organizações, passa a individualizar o acesso a essa segurança, pois está mais seguro aquele que pode pagar mais por ela. Lembrando daquilo que nos alerta Sapori, o “sentimento de insegurança e medo entre os indivíduos afeta diretamente o grau de confiabilidade das autoridades governamentais, constituindo-se, inclusive, em aspecto decisivo de disputas eleitorais” (SAPORI, 2007).

É dentro deste contexto que “em meados dos anos 90, o número de vigilantes empregados em segurança privada ultrapassou o de policiais em quase três vezes nos Estados Unidos e em cerca de duas vezes mais na Grã-Bretanha e no Canadá” (CALDEIRA, 2000). A partir de um enfraquecimento daquilo que se dispõe a ser sua função, essa indústria vem explorando novos medos e novas expectativas de seguridade, criando assim uma funcionalidade mercadológica para a sua oferta. Com isso, “cidadãos desses e de muitos outros países dependem cada vez mais da segurança privada, não só para a proteção em face do crime mas também para identificação, triagem, controle e isolamento

de pessoas indesejadas, exatamente aquelas que se encaixam nos estereótipos criados pela fala do crime” (CALDEIRA, 2000).

Pensando então nessas estratégias que existem para garantir a seguridade dos indivíduos e/ou dos grupos sociais, encontramos, portanto, a segurança pública, com manifestações do que poderia chamar aqui de uma cultura do controle (V ESSEG 2010), em suas três instâncias, ou seja, a nível Federal (que inclui inclusive a fiscalização e monitoramento das empresas de segurança privada); a de nível estadual, que no Brasil se traduz em cada estado possuir uma Secretaria de Segurança Pública com Policiais Militares que atuam na sua maioria das vezes sem comunicação com outros estado; e a de âmbito municipal que é diretamente efetivada através da guarda municipal, que em seu marco regulatório teria como função basicamente a proteção do patrimônio público municipal, mas que atualmente em sua ordem prática transcende a isso, inclusive em alguns municípios brasileiros, assim como em Feira de Santana, possui poder bélico. Fora estas, a estratégia que nos resta é a contratação dos serviços das empresas de Segurança Privada.

GRÁFICO 1 – EFETIVO DAS FORÇAS DE SEGURANÇA PÚBLICA E DA SEGURANÇA PRIVADA NO BRASIL (2003-2004)



FONTES: LOPES (2011), a partir de Brasil. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública (s/d) e Fenavist (2005).

NOTAS: 1. Dados de 2003. O efetivo da polícia civil não inclui a polícia técnica
2. Dados do II ESSEG/FENAVIST. Inclui os vigilantes que trabalham em empresas de segurança privada (dados de 2004) e os que trabalham em empresas com segurança orgânica (dados de 2003).
3. Os dados das Guardas Municipais são de 2004, mas estão subestimadas porque a SENASP levantou informações em apenas 192 das 285 Guardas existentes no país. Não há dados para a região Norte.

No entanto, o que vem a ser especificadamente isso que tomamos no texto enquanto um dos princípios de acautelamento? Como definir o que é segurança privada? Segundo o ESSEG – Estudo do Setor de Segurança Privada (2016), Smaniotto afirma que

É a atividade de vigilância, segurança e defesa do patrimônio ou segurança física de pessoas de forma armada ou desarmada, autorizada, controlada e fiscalizadas pelo Ministério da Justiça, por intermédio da Polícia Federal. [...] são: **Vigilância Patrimonial; Transporte de Valores; Escolta Armada; Segurança Pessoal e Cursos de Formação de Vigilantes** (2016, *grifos do autor*, p. 78-79)

Como foi possível chegar a essa definição? Buscando uma reconstrução histórica para a definição do termo *segurança privada*, dentro do que tange os moldes brasileiros, Jorge (2016), Souza (2016) e Smaniotto (2016) convergem para uma mesma perspectiva. Traçando uma linha temporal, o passo inicial para essa definição seria o ano de 1934, quando promulgado o Decreto nº 24.531, que “Aprova novo Regulamento para os serviços da Polícia Civil do Distrito Federal”. Concordando com o que indicam os autores, é fato que ao instaurar um marco regulatório indicando aquilo que deve ser função da polícia que possui o vínculo estatal, entendemos que tudo aquilo que “fica de fora” desse marco, pode ou deve ser ofertado por meios privados.

Neste primeiro momento, as atividades voltadas à segurança privada passavam basicamente pelo transporte de valores e serviços prestados a estabelecimentos bancários; entretanto, com a expansão de possibilidades de ação desse tipo de segurança, em face das novas necessidades da sociedade em geral e das especificidades do Estado, é que o setor (empresários, sindicatos, trabalhadores) começam a se organizar, a fim de pressionar a promulgação de um Estatuto de Segurança Privada, a fim de regulamentar a

atividade. Em 20 de junho de 1983, foi sancionada a Lei nº 7.102, que posteriormente foi alterada por diversas medidas provisórias. Isso se dá, pois, apesar da grande importância daquilo que fica estabelecido dentro da lei, como por exemplo a obrigatoriedade da unicidade sindical, e a regulação dessas empresas serem fiscalizadas pelo Departamento de Justiça Federal. É fato que com o passar do tempo e principalmente com a modernização dos serviços prestados, a mesma precisa de uma atualização.

Tabela 1: Segmentos e atuações da Segurança Privada no Brasil;

Segmento	Descrição	Atuação
Segurança Patrimonial / Vigilância	Preservação de bens e patrimônios, prevenção de riscos provenientes de ações criminosas.	Bancos; Organizações comerciais e industriais diversas; Órgãos públicos; Condomínios fechados, prédios ou residenciais; Shopping-centers, estádios de futebol, centro de Exposições, casas de eventos e espetáculos diversos.
Segurança Orgânica	Empresas que, ao invés de contratar serviços especializados das empresas de proteção, continuam o seu próprio organismo de segurança.	Bancos; Organizações comerciais e industriais diversas; condomínios fechados; Shopping-centers.
Segurança Pessoal	Acompanhamento individual, pode ou não ser armado.	Empresários, executivos, políticos, pessoas famosas, outros.
Curso de Formação	Treinamento e qualificação de vigilantes.	Atende empresas de segurança e profissionais de segurança privada e pública.
Escolta armada	Acompanhamento motorizado e armado.	Veículos de cargas, empresários executivos, políticos, outros.
Transporte de valores	Transporte de valores	Bancos e instituições financeiras.

Fonte: Departamento de Polícia Federal, órgão regulador.

Assim como existe o PNSP – Plano Nacional de Segurança Pública, se faz necessária no âmbito nacional uma regulamentação no que se refere ao setor privado que também fornece segurança. Para dar conta disso, foi criada uma comissão executiva, composta por diversas representações envolvidas diretamente no que tange a regulação desse estatuto, pensando na prática desse segmento. Essa comissão propôs o substitutivo nº 4.238/2012, em que dentre outras coisas, regula que:

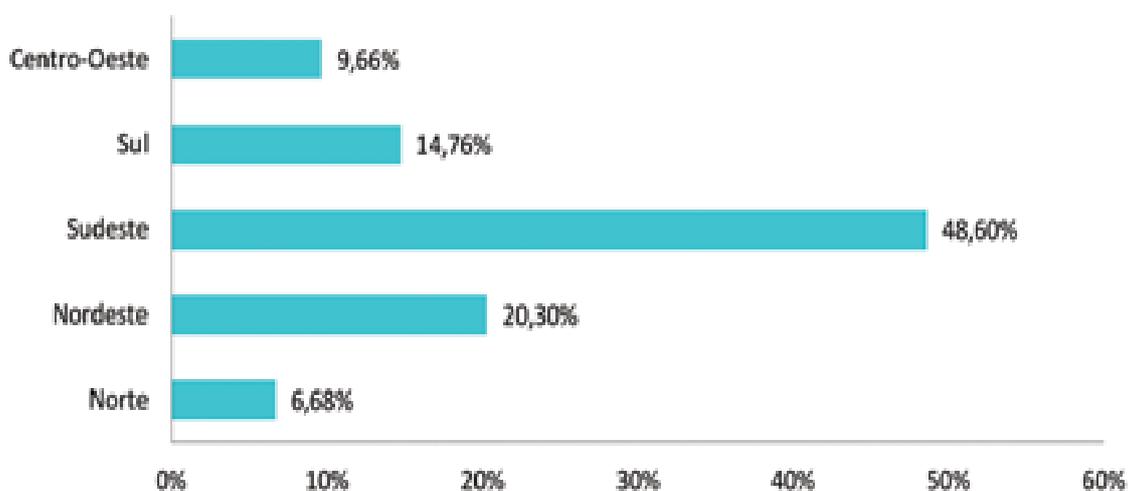
na ordem em que se encontram escritas, estão a definição da atividade de segurança privada e segurança das dependências das instituições financeiras como matéria de interesse nacional; a proibição da contratação de segurança por meio de cooperativa; a obrigatoriedade de análise prévia da regularidade formal da empresa antes da regularidade formal da empresa antes da assinatura de contrato de prestação de serviços; a previsão expressa de ser a segurança privada complementar à segurança pública; a inclusão expressa como integrante da segurança privada, proteção em eventos, em transportes coletivos terrestres, aquaviários e marítimos; a segurança perimetral em presídios e em conservação e reflorestamento; o rastreamento por sistemas eletrônicos de numerários, bens e valores; as análises de risco e ainda outros serviços correlatos, que podem ser previstos em regulamentos; a elevação do capital social das empresas; a definição expressa de cada modalidade de empresa prestadora de serviço de segurança e serviços orgânicos; um capítulo destinado aos direitos e deveres dos profissionais de segurança privada, valorizando sua atuação e prevendo, além do vigilante, as funções de gestor, projetista, analistas de riscos, supervisor, técnico externo, operador de sistemas; a conclusão pelo vigilante de, no mínimo, o ensino fundamental; a contratação obrigatória como empregado de empresa especializada ou serviço orgânico; o piso salarial previsto em instrumento coletivo; na parte do controle e fiscalização é instituído o Conselho Nacional de Segurança Privada (CNASP), no âmbito do Ministério da Justiça. (OLIVEIRA, *apud* ESSEG, 2016, p. 75).

Esse substitutivo que regula o Estatuto da Segurança Privada, já foi apreciado pela Câmara de Deputados e aguarda que passe pelo senado, podendo então ser sancionado pela presidência da república, fato esse que é de extrema importância, pois a regulação de um setor tão importante que presta serviços de segurança no âmbito do privado, precisa estar regulado, no intuito de também promover segurança àqueles que se propõem a exercer essas funções vinculadas a esses serviços, principalmente inibindo as práticas clandestinas que colocam em risco a todos.

A segurança privada, pelas características de sua regulação e seu modelo existente, possui atualmente no Brasil status de atividade complementar à segurança pública e que pode, se efetivamente controlada, regulamentada e fiscalizada, contribuir para as funções específicas de segurança. Como já aparecem em alguns documentos internacionais, a pressão por regulação específica nacional e a criação de mecanismos internacionais de controle dos serviços de segurança deverão estar cada vez mais presentes. A modernização tecnológica e o acompanhamento sistemático do sistema de segurança privada, além de otimizar o controle e a fiscalização, podem atuar como um importante instrumento para a efetivação de algumas práticas positivas relativas ao setor, por exemplo com uma estratégia eficaz e controlada de troca de experiências e informações entre setores público e privado, e a tarefa de oferecer segurança para os cidadãos de forma condizente com o marco legal instituído. (ZANETIC, 2005, p. 104-105).

Quanto aos números desse mercado de segurança privada no Brasil, temos em 2016, ano no qual foi realizada a última pesquisa do setor (V ESSEG), dados que demonstram que devido à crise econômica o número de empresas no setor registrou uma queda de 0,8%, assim como no número de trabalhadores devidamente fichados com todos vínculos empregatícios garantidos, passando de 631.028 mil pessoas em 2015, para 598,5 mil em 2016, desses, 20,30% se concentram na região nordeste, com 121.463 trabalhadores regulados no setor. Sendo a região nordeste a segunda em número de trabalhadores regulados nesse setor, ficando atrás apenas da região sudeste, como podemos ver no gráfico a seguir.

Gráfico 2: Percentual de Trabalhadores por Região em 2016



Fonte: *Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)*
Elaboração: *Departamento de Estatística da Fenavist (DEF)*

Para além de ser a segunda maior região empregadora do setor, ainda segundo o ESSEG (2016), a região nordeste foi a que no último ano, mais adquiriu armas de fogo, cerca de 38,9% do total de armas compradas em todo o país, o que em números reais 5.039 mil armas, o que influencia diretamente na compra de munição para essas armas, e a região novamente toma destaque com 34,3% do total nacional de compra de munição para armas de fogo, em valores reais 3.480.688 milhões de munições.

A segurança privada no Brasil constitui um setor em franca evolução e rápido processo de profissionalização, estando cada vez mais presente nos diversos cenários das cidades do país. Dada a grande dimensão que o setor atualmente possui, o impacto que esse tipo de serviço representa hoje para o policiamento é algo evidente, embora pouco percebido e considerado no âmbito do estudo das práticas de policiamento. Isso se deve, em parte, à pouca literatura especializada existente sobre o tema, que de forma geral tem privilegiado um olhar mais normativo sobre a legitimidade/ilegitimidade do setor (seja pelo aspecto das ameaças que representaria à responsabilidade estatal sobre a segurança, seja pela propensão à ampliação da segregação social gerada pelo setor), o que acabou gerando uma discussão muito carente de informações empíricas, bem como pouco sensível e efetiva para a análise da segurança privada como um fenômeno “real” e com demanda cada vez mais diversificada. (ZANETIC, 2009, p. 146).

Vale, portanto, aqui ressaltar que a segurança privada, no modo como foi apresentado nos dados, se caracteriza enquanto possibilidade de produtos/serviços consumidos, entretanto, nesta pesquisa, tratarei de todo um aparato, inclusive doméstico, que remonta, por exemplo, à aquisição e instalação de cercas elétricas, alarmes, dentre outros produtos e serviços. Diante dessa definição, e das observações que confirmam a expansão real do setor de serviços de segurança privada e do retrato que se constitui da movimentação do setor na região nordeste, tentarei a seguir, no decorrer do texto, aprofundar esses dados em uma perspectiva mais local, no que se refere ao entendimento do imaginário local e social, do jogo de relações que se estabelecem a partir desse caráter, buscando uma compreensão no que tange a rua São Domingos, e todo o seu aparato de segurança e a sua relação com a cidade onde está situada, Feira de Santana – Ba.

4. LINHAS QUE ALINHAVAM A RUA E COSTURAM A CIDADE

Neste capítulo, pensando já “A estruturação na performance da rua”, pretendo trazer em tela como de forma prática essas estratégias estão postas no contexto local, saindo do discurso e passando então para aquilo que está visivelmente exposto enquanto instrumento de acautelamento. Posteriormente, “Os contrastes de sociabilidade e a segregação em questão”, pensando então em como as sociabilidades estão dispostas em relação aos aparatos de segurança que são consumidos por aqueles que conformam a rua em questão.

4.1 A Estruturação Na Performance Da Rua

Em Feira de Santana se faz valer na prática o dito popular: “*Quem não tem mar, vai pro bar...*” A cidade é considerada por muitos como uma cidade boêmia, pela grande quantidade de bares que atendem a um público que encontra nesses espaços o seu lazer. E, como já foi apresentado ao longo do texto, se existe um lugar que poderia ser considerado a “orla” da cidade, esse lugar é a Rua São Domingos, com a sua concentração de bares e restaurantes, sempre disponibilizando uma via de lazer para a população feirense. Entretanto, quem sai de sua casa em busca de vias de diversão e lazer através ou não da boemia está atento não somente aos serviços que são oferecidos, ou as possibilidades de atrações e de diversão que pode acessar, como veremos, nesse momento também é levado em consideração a segurança que esses lugares oferecem aos seus consumidores.

Durante as experiências da prática no campo da pesquisa, e diante de todas as dificuldades de abordar pessoas em seus momentos de diversão, muitas delas fazendo uso de substâncias psicoativas, e que em sua grande maioria não queriam ser incomodadas com as perguntas de uma pesquisadora, optei enquanto uma das estratégia de pesquisa, por muitas vezes se fez necessário estar consumindo junto aos demais naqueles espaços e assim também observando as diversas dinâmicas que ali se desenvolviam, somada as conversas pontuais, algumas casuais e outras quando realmente conseguia

realizar as entrevistas e adentrar nas questões pré-estabelecidas pela pesquisa, esses já momentos mais esporádicos, frente a tantos outros de observação e convivência junto ao espaço e às pessoas que ali frequentam.

Diante disso e da grande expectativa de pesquisadora, que queria ir a campo e voltar com as entrevistas realizadas, passei a me questionar sobre a validade das minhas observações ali realizadas. Entretanto, foi junto à antropologia que me confrontei com as respostas que direcionam a continuidade das minhas observações que culminam no desenvolvimento dessa dissertação.

Quem conhece melhor o rio (para adotar uma imagem que vi numa resenha de livros sobre Heidegger, um dia desses): o hidrólogo ou o nadador? Formulada a pergunta dessa maneira, é claro que a resposta depende do que se pretenda dizer com “conhecer” e, como já indiquei, do que se espere realizar. Considerada como o tipo de conhecimento de que mais precisamos, o que queremos, e aquele que até certo ponto podemos vir a ter, pelo menos nas ciências humanas, a variedade local – aquela que o nadador tem, ou que pode desenvolver ao nadar – pode, para dizermos o mínimo, sustentar-se em oposição à variedade geral – aquela que o hidrólogo tem ou afirma que o método fornecerá, num futuro próximo. Não se trata, mais uma vez, da forma de nosso pensamento, mas de sua vocação (GEERTZ, 2001. p 130).

Quando o antropólogo Clifford Geertz faz essas ressalvas diante das duas formas de saberes que acima foi explicitado, ele não quer hierarquizar os saberes, muito pelo contrário, ele coloca em tela que dentro do campo científico existem contrastes que não podem ser descartados no momento da construção da pesquisa, pois a tomada de um método pelo pesquisador é também uma tomada de posição diante desses contrastes.

Aí está um contraste conhecido, mas nem por isso menos importante, entre os que acreditam que a tarefa das ciências humanas (embora estas tendam mais a chamá-las de “comportamentais”) é descobrir fatos, dispô-los em estruturas proporcionais, deduzir leis, prever consequências e administrar racionalmente a vida social, e os que acreditam que a meta dessas ciências (embora às vezes não concordem em chama-las de “ciências”) é esclarecer o que, afinal, acontece com várias pessoas em várias épocas, e extrair algumas conclusões sobre as coerções, as causas, as esperanças e as possibilidades – os aspectos práticos da vida (GEERTZ, 2001. p 129).

É junto a essa segunda linha de entendimento que me aproximo e que tento trazer o diálogo nesse texto dissertativo. Com esse intuito, vamos observar a imagem a seguir que foi extraída da página oficial da Prefeitura Municipal de Feira de Santana em um aplicativo de relacionamento chamado *Instagram*.

Veremos que a prefeitura demarca a rua em questão enquanto um espaço reservado à diversão e outras sociabilidades, assim como divulga a mesma enquanto uma via de atração turística da cidade, que por muito é apresentada enquanto uma “cidade trabalho”, mas que também possui as vias de escape da rotina dura do trabalho, e assim adentrando a diversão.

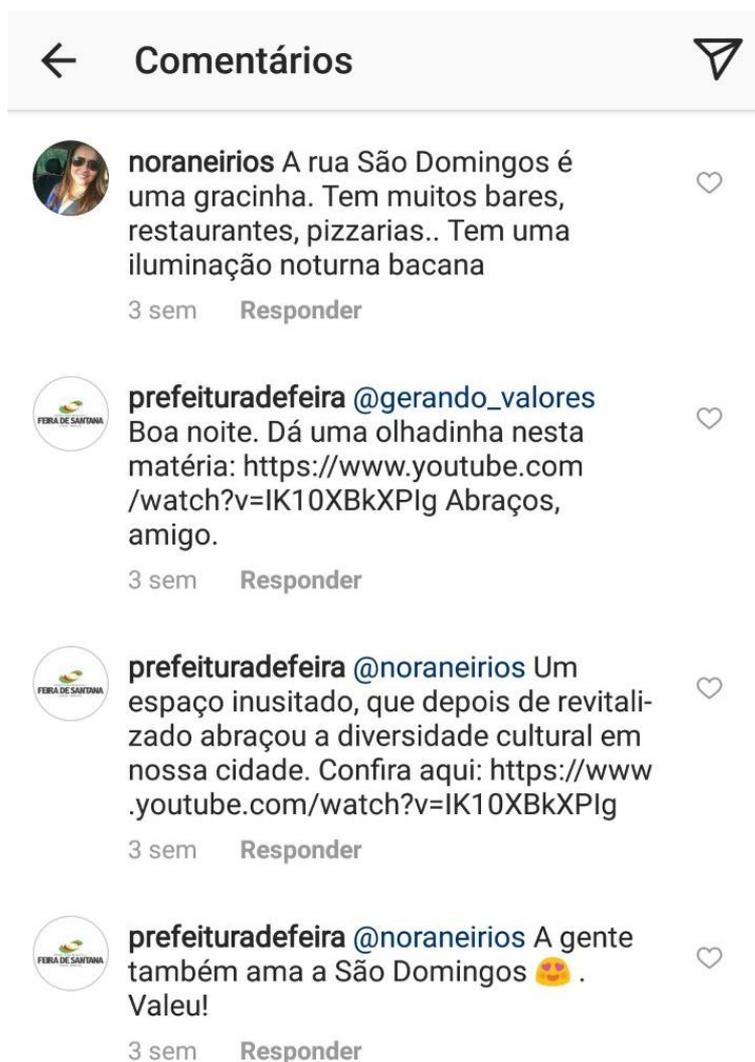
Figura 7 Imagem retirada do Instagram Oficial da Prefeitura de Feira de Santana



O imaginário que foi criado em torno da Rua São Domingos, como esse espaço próprio para as sociabilidades dentro do espaço da cidade, já está institucionalizado, como mostra esse *post*, o que é reforçado através de um

veículo de divulgação da prefeitura com a informação de que esta é uma boa opção para aqueles que se encontram na cidade, durante períodos ociosos. Entretanto, como veremos na próxima imagem que é como uma continuação da anterior, pois se tratam dos comentários que foram feitos a partir da publicação, e que reforça aquilo que já apontávamos anteriormente, não é apenas a disposição dos estabelecimentos que atrai os consumidores.

Figura 8 Comentários referentes ao **post** da figura anterior



Quando à pessoa, pelo aplicativo identificada como @noraneiros, vai comentar a publicação, ela expressa as suas impressões sobre a rua, ela começa relatando que a “rua é uma gracinha”, afinal existe toda uma preocupação no que se refere à beleza daquele espaço, como já vimos em outro

momento do texto, através da demolição de prédios antigos e da construção de estruturas ligadas àquilo que se considera moderno. A seguir ela continua e reforça a diversidade de serviços que são ofertados ali, “tem muitos bares, restaurantes, pizzarias...”, entretanto ela finaliza o seu comentário que aquilo que se faz mais importante nas observações dessa pesquisa, quando afirma que, “tem uma iluminação noturna bacana...”. Ora, o fato de possuir uma boa iluminação noturna, turno onde esses diversos estabelecimentos recebem mais clientes, é passível de destaque, uma vez que a sensação de insegurança das pessoas tende a aumentar, principalmente se ocorresse o inverso, se a iluminação da rua fosse precária.

as pessoas estão imersas em ambientes dominados pela sociabilidade da insegurança, nos quais o conhecimento da proliferação de atos de violência e da falta de controle institucional sobre eles contribui para que tudo adquira a marca do imprevisível. É imprevisível a magnitude de agressão contida nos atos dos outros, a possibilidade de controlá-los e as formas de controlá-los. Além do domínio do imponderável quanto às ações dos outros e as consequências delas, está a impotência social para minar o comportamento desviante, em vista de que, no marco dessas sociedades, o desvio é a norma (SANTOS, 2011, p 65).

A regra dentro do imaginário social é que esses territórios de violências premeiam todos os lugares, entretanto a relação que faz com que se dispare o “reconhecer” a esses territórios que aqui fazemos alusão, é definido por diversos fatores, entre eles, a iluminação que aquele espaço, região, ou rua possui, assim como pelas pessoas que frequentam aquele determinado espaço. Por isso é um conjunto de fatores que somados geram o medo e mobilizam as pessoas e refletem em suas relações, seja com outras pessoas ou com os elementos que compõem aquele determinado território fazendo-o ser considerado de violência ou não. Com isso o que quero demonstrar é que o medo faz parte de uma relação construída e construtora do espaço da rua.

As manifestações de medo denotam a construção social de fronteiras de um território, fundamentadas, paradoxalmente, em relações de alteridade com a violência. Assim, ainda que não tenha sido explicitado no texto, nele perpassa a ideia de que o território de violência define um olhar de “fora”, que alude a práticas, tempos, espaços e personagens, com as quais ele, de “fora”, geralmente não se identifica, mas está próximo socialmente, pode estar em convivência permanente com eles (SANTOS, 2001, p. 72).

O que defendo aqui é que na Rua São Domingos o que acontece é justamente o inverso dessa relação, o que é construído não é um imaginário de um território de violência e sim de um território de segurança, mesmo que em alguns momentos os relatos de pesquisa apresentem situações de violência nas suas mais diversas manifestações. Como veremos mais à frente no próximo tópico do texto, o discurso em torno daquele espaço é de um lugar seguro, onde em detrimento dos outros lugares da cidade onde se pode encontrar serviços parecidos, é escolhido se consumir no espaço daquela rua também pela sensação de segurança que é transmitida ali.

4.2 Os Contrastes De Sociabilidade, A Segregação Em Questão

“A rua é tranquila...”; “uma das ruas mais tranquilas da cidade...”; “tem bons restaurantes...”; “Uma lugar de lazer pra descontrair...”; “Não existe mais um lugar seguro, mas essa rua é calma, sim...”. Essas foram frases recorrentes nas minhas abordagens e tentativas de diálogos sobre a rua São Domingos. Entretanto em alguns momentos, mais diretamente quando o interlocutor era alguém que trabalhava na rua há algum tempo as avaliações sobre aquele espaço variavam para: “Aqui é o melhor lugar que tem na Feira, mas tem roubo sim...”; “Já fui assaltada três vezes quando fechava a loja...”; “Já ouvir falar de alguns atos violentos aqui...”; “Já vi assalto e até assassinato, em plena luz do dia...”. São sobre essas questões que iremos aqui aprofundar.

Apesar de a Rua São Domingos, como já foi aqui anteriormente apresentado, se encontrar em rua região considerada nobre dentro da disposição da cidade de Feira de Santana, é fato que em Feira, como em tantos outros lugares, as desigualdades sociais andam lado a lado, coexistem inclusive em espaços bastante próximos.

A falsa expectativa em torno da instalação do CIS em Feira de Santana, com respeito à geração de empregos, não se verificou, e a urbe, sem dispor de uma infraestrutura em condições adequadas para acomodar a população migrante, passou a conviver com vários tipos de problemas de ordem econômica e social (CARMO, 2016. p 198).

Como vimos a chegada do CIS atraiu muita gente para a cidade, muitos conseguiram efetivar o trabalho nas indústrias que aqui se alocaram, entretanto, tantos outros não possuíam qualificação suficiente, assim como o polo industrial não contava com vagas para o tanto de pessoas que vieram atraídas por tantas expectativas. Isso desencadeou um outro problema na cidade, pois a cidade não tinha uma urbe preparada para alocar tantas pessoas, ainda mais em condições de pobreza e com a falta de uma expectativa de renda.

Nesse fluxo migratório, há conseqüentemente, distorções sociais que crescem na medida em que muitas famílias de retirantes fixaram moradia na periferia de Feira de Santana, habitando em condições adversas, possibilitando a concentração de grandes bolsões de pobreza e miséria (CARMOS, 2016, p. 206).

Isso é um fato que se faz diretamente ligado às questões geográficas do município de Feira de Santana. Por muitas vezes ouvimos em vários circuitos da cidade um discurso em que predomina a ideia de que em Feira não existem “favelas”, por a cidade ser plana em sua geografia. O que não existe é a visualização desses espaços como acontece em outros municípios, como em Salvador e no Rio de Janeiro, por exemplo, que por terem uma geografia acentuada por morros, faz com que esses bolsões de pobreza sejam mais visíveis aos olhos dos transeuntes.

Vale lembrar que a população ocupante dos cortiços, favelas e mocambos, no entanto, resultou dos seguintes fatores: um processo não muito distante de falência do Sistema escravocrata, que deixou sem abrigo e sem emprego um enorme contingente humano; o crescente êxodo rural ocasionado pela falsa atração de ofertas de trabalho urbano; a crise no campo; as migrações de outras áreas do país; a demolição dos cortiços; o início de um processo de industrialização que atraiu um grande contingente de pessoas para as cidades, que infelizmente não absorveu a mão de obra em sua totalidade, gerando uma massa de desemprego; e finalmente, a inadimplência do estado. Assim, as desigualdades sociais, o desemprego e a concentração de renda constituem as características da sociedade brasileira que se manifestam fisicamente nos espaços segregados das cidades. (OLIVEIRA, 2014, p 38).

Durante a pesquisa, em diversos momentos, pude observar em alguns relatos e diálogos, que é nesse contexto que se encontra o grande nó que perpassa a ideia de segurança na rua em tela. Em uma das entrevistas realizadas, o segurança de uma clínica de estética chegou a me alertar desse fator “risco”.

Entrevistado: Essa rua é ótima. Ficou melhor ainda depois que colocaram asfalto em tudo. É uma rua que você encontra o melhor que tem em Feira. É uma rua calma, mas aqui na clínica além dos seguranças particulares temos câmeras, alarmes e ainda tem o segurança da rua que a gente paga” (Entrevista realizada com segurança particular de uma clínica de estética em 03/01/2018)

Diante disso, questionei o porquê de tantos aparatos para garantir a segurança se ele mesmo já havia ressaltado que a rua era um lugar muito seguro, e a resposta foi a seguinte.

Entrevistado: Moça, eu já presenciei uns quatro assaltos a mão armada nessa rua. Já vi até assassinato, aqui ó, nesse passeio da loja aqui do lado, era 11h do dia e o corpo ficou estendido aí por muito tempo esperando a polícia chegar. Eu só ouvi os tiros, mas nem lá eu fui, afinal a minha obrigação é com a clínica aqui e não com eles lá. [...] isso tudo é por causa do *corra nu...* (Entrevista realizada com segurança particular de uma clínica de estética em 03/01/2018)

A partir desse diálogo e pelos caminhos que ele enveredou, pude compreender a diferença das leituras que são realizadas em torno das estratégias de acautelamento dos estabelecimentos comerciais. O “outro” do qual eles se protegem, que para aqueles que consomem na rua pode ser qualquer um, vindo de qualquer outro lugar da cidade, para os comerciantes e trabalhadores daquele espaço estão diretamente personificados nos moradores do “*corre nu*”.

Esse espaço apelidado de “*corre nu*” se trata de um desses lugares onde existe uma grande concentração de pobreza, um vila que fica na rua que adentra a lateral do bar e restaurante *Cortiço*, estabelecimento chave na dinâmica da rua, que já foi apresentado anteriormente no texto. Segundo o imaginário dos trabalhadores da região, esse é um lugar de tráfico de drogas e seria de lá também que partiriam aqueles que por ventura praticam atos violentos nos estabelecimentos e com os consumidores da rua São Domingos. É por esse motivo que se justifica a necessidade de tamanho aparato de segurança.

Alarme, sensor de infravermelho, segurança particular na porta das lojas, segurança da rua, câmeras de segurança, chaves, trancas, grades, reforço na segurança... são diversas as tentativas de driblar os possíveis atos violentos que estão sempre à espreita de acometerem alguém a qualquer momento. Com isso, se forma o que poderia ser considerado uma contradição, entre o que se fala da rua, como por exemplo que é umas das melhores regiões da cidade e o que se

prática, quando se consome de tantos meios para se prevenir daquilo que rodeia o espaço. Entretanto, no meu entendimento, isso é o que reforça ainda mais as falas, pois o espaço da rua, assim como os estabelecimentos que ali se encontram, só se fazem de “confiança”, só transmitem ao consumidor essa noção de estar em um dos melhores lugares da cidade, justamente por todo esse aparato de segurança que está ali presente, junto a todo o repertório da rua.

São essas estratégias tomadas pelos estabelecimentos comerciais, quando adquirem aparatos do comércio de segurança privada, que reforçam a noção de seguridade do espaço, onde mesmo as pessoas já tendo presenciado ou ouvido falar em práticas de atos violentos as pessoas de uma forma geral de sentem seguras, pois quando questionei a alguns dos frequentadores daqueles ambientes em quantos por cento consideram a rua segura, as respostas ficaram sempre entre 70% e 80%, o que é um percentual alto até mesmo se comparado a outros lugares da cidade ou a cidade como um todo.

A pertinência de falas que demonstram como os princípios de acautelamento são tomados pelos estabelecimentos, perpassam via de regra a mesma lógica que foi apresentada pela seguinte trabalhadora:

Entrevistado: Aqui à noite é muito movimentado. Acredito que essa é umas das principais ruas de Feira, mas eu não me sentia segura aqui; já fui assaltada três vezes enquanto fechava a loja. Já vi clientes serem assaltados até mesmo aqui dentro da loja. A loja também já foi assaltada, por isso nós colocamos câmeras, e temos um segurança noturno, *pra* evitar esses momentos. (Vendedora que trabalha há quase cinco anos em uma loja especializadas em bolos em 04/01/2018).

A insegurança é deste modo o que faz alavancar o consumo destes bens, mas para seguir as regras do consumo das necessidades do mercado capitalista, essa indústria está sempre inovando e promovendo no seu consumidor a necessidade de aumentar o leque de bens consumidos. Explorando novos medos e novas expectativas de seguridade é que a indústria cumpre sua função no mercado. Quando indico compreender que o consumo deve ser considerado como um objeto social, entendo que:

Quando se diz que a função essencial da linguagem é sua capacidade para a poesia, devemos supor que a função essencial do consumo é a sua capacidade de dar sentido. Esqueçamos que as mercadorias são boas para comer, vestir e abrigar; esqueçamos sua utilidade e tentemos em seu lugar a ideia de que as mercadorias são boas para pensar: tratemo-las como um meio não verbal para a faculdade humana de criar. (DOUGLAS, 2004. P 108).

É a partir da efetividade das ações violentas que se intensifica também o consumo dos dispositivos de acautelamento, com a presença ao ato ou até mesmo com o ouvir falar do crime que se busca estratégias de se antecipar ao mesmo. E essa busca perpassa enfim, outra especificidade: a grande maioria, se não todos os meios de se antecipar a essa eventual transtorno são dispostos de forma ostensiva. O que quero demonstrar com isso é que o segurança não fica “à paisana” como um outro funcionário ou consumidor, o que poderia ser uma estratégia de não realçar a estratégia do acautelamento ou no olhar do consumidor a possibilidade do confronto entre segurança e o praticante de algum ato violento, mas, sim, os seguranças ficam nas entradas das lojas, vestidos de forma diferenciada, com rádios de comunicação e na grande maioria das vezes com camisas de empresas que identificam o serviço que ali está sendo prestado.

Assim como os seguranças não são “disfarçados”, as câmeras de segurança também estão sempre visíveis, a qualquer um que esteja ali consumindo sua refeição ou no seu momento de paquera, descontração, embriaguês... entretanto a certeza de estar sendo observado, filmado o tempo todo por diversas câmeras de segurança que se dividem entre as dos estabelecimento comerciais e as que se encontram nos postes das ruas e que são controladas pela SEMPREV – Secretária de Prevenção a Violência do Município, também não causam repulsa ou desconforto aos consumidores e sim reforçam a noção de que ali se trata de um espaço de confiança, onde os mesmos podem relaxar e aproveitar o momento sem se preocupar tanto com a sua segurança individual, afinal a segurança coletiva daquele espaço está garantida.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidade se perpetua, mantém na sua dinâmica aquilo que está na estrutura de qualquer sociedade capitalista: a convivência com as desigualdades sociais, assim como com aquilo que vem sob reflexo dessas desigualdades, que aqui apresento enquanto atos violentos, disparados pela construção de riquezas de uns em detrimento da pobreza e falta de perspectivas de outros.

é preciso deixar claro que nosso argumento refuta a afirmação do dualismo nas representações sobre a cidade, pois considera que, em última análise, tal pensamento termina por fundar dois entes, estrangeiros, distantes e opostos em ao outro. Dito de outra forma, o dualismo se vincula a uma concepção de cidade composta por duas esferas fechadas em si mesmas – o que, para nós, não traduziria as trocas e interações que continuamente efetuam os diversos segmentos sociais que habitam [a cidade]. No entanto é necessário lembrar que, a partir da configuração urbana atual, marcada pela interação perversa dos circuitos da pobreza e da violência urbana, esta convivência entre diferentes em território, classe, cor e faixa etária vem sofrendo alterações, especialmente para os grupos oriundos de determinados territórios estigmatizantes (FARIAS, *apud* CARNEIRO, 2009, p. 237).

Na cidade e especialmente na rua que tomamos em destaque, esses dois versos da mesma cidade coexistem, não de forma harmoniosa, mas estão presentes ali e compartilham de forma diferenciada da experiência da rua, a cada um ao seu modo, buscando extrair aquilo que lhe é mais necessário. Existem estratégias tanto para disfarçar, quanto para burlar esses reflexos das desigualdades sociais. Esses eventos violentos eventuais são “abafados” nos discursos dos próprios comerciantes, que não querem afastar seus consumidores, assim como quando escapam e se espalham dentre a cidade, são colocados como casos isolados em momentos pontuais.

O que temos, por fim, é que mesmo tendo observações da prática de diversos atos violentos dentro do espaço da rua, o que predomina no imaginário social daqueles que frequentam os estabelecimentos comerciais que ali se encontram é que, de uma forma geral, o ambiente passa uma sensação de segurança.

Essa relação vai justamente no caminho inverso do conceito de “fala do crime” apresentado por Caldeira (2000), e acontece por um acúmulo de diversos fatores, principalmente pois as falas que aqui são reproduzidas sempre recorrem e reforçam esse imaginário e não ao imaginário de violências como é relatado

no estudo da Caldeira, passando por questões de uma boa estrutura de iluminação e da presença eventual da segurança pública através da polícia militar.

Chegando portanto aos aparatos de segurança privada que são consumidos tanto pelos estabelecimentos comerciais, assim como por aqueles que frequentam os mesmo, e que reforçam todo esse contexto e ratificam essa sensação de segurança, perpetuando o imaginário social dos frequentadores e consumidores dos estabelecimentos presentes rua, sejam esses clientes moradores da cidade ou não, afinal existe todo uma promoção desse espaço que é realizado não apenas pelos comerciantes, mas como vimos é realizado também pela comunidade local e pela prefeitura municipal, sendo apontado como um dos locais atrativos na cidade a quem vem de outros lugares de passam por Feira de Santana.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Livia Dias de. (2015) *Feira de Santana: entre culturas, paisagens, imagens e memórias visuais urbanas*. Feira de Santana. Ed.: UEFS. 300p.

BAIERL, Luzia Fátima. (2004) *Medo Social: Da violência visível ao invisível da violência*. São Paulo: Cortês.

BECK, Ulrich. (2010) *Sociedade de Risco: rumo a uma outra modernidade*. São Paulo. Ed: 34. 384p.

BOAVENTURA, Eurico Alves. (2006) *A paisagem urbana e o homem: memórias de Feira de Santana*. Feira de Santana. Ed.: UEFS. 2006p.

BOURDIEU, Pierre. (2007). *A distinção – crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk.

CALDEIRA, Tereza. (1988) *A Presença Do Autor E A Pós-Modernidade Em Antropologia*. In: Novos Estudos. CEBRAP. Nº 21, julho de 1988. pp. 133-157.

CALDEIRA, Tereza. (2000) *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo- Edusp. 400p.

CAPPI, Riccardo. (2017) *A maioria penal nos debates parlamentares motivos do controle e figuras do perigo*. Belo Horizonte. MG. Ed.: Casa do Direito, 368p.

CANCLINI, Néstor Garcia (1995). *Consumidores e cidadãos – conflitos culturais da globalização*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ.

CARMO, René Becker Almeida. (2016) *A urbanização e os aglomerados subnormais de Feira de Santana*. Feira de Santana. Ed.: UEFS. 351p.

DOUGLAS, Mary. (2004) *O uso dos bens*. In: O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo./ Mary Douglas, Barin Isherwood; tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro. Ed: UFRJ. P101-118.

DESEJUX, Dominique. (2011) *O consumo: abordagens em ciências sociais*. Tradução: Bruno Cesar Cavalcante, Maria Stela Torres Barros Lameiras, Rachel Rocha de Almeida. Maceió: EDUFAL, 205p.

FEATHERSTONE, Mike. (1995) *Teoria da cultura do consumo*. In: Cultura de consumo e pós-modernismo. Tradução: Julio Assis Simões. São Paulo. Ed: Studio Nobel. P31-50.

FREHSE, Fraya. (2013) *O espaço na vida social: uma introdução* In: Revista Estudos Avançados 27 (79), 2013

GIDDENS, Anthony. (1991) *As consequências da modernidade*. São Paulo. Editora: UNESP. 177p.

GIDDENS, Anthony. (2009) *Dualidade da estrutura: Agencia e estrutura*. Oeiras. Portugal. Editora: Celta

GIDDENS, Anthony. (2000) *Mundo em descontrole / Anthony giddens*; tradução de Maria Luiza X. de A. Borges, -Rio de Janeiro: Record. 108p.

GEERTZ, Clifford. (2001) *Nova luz sobre a antropologia*. Tradução: Vera Ribeiro; revisão técnica, Maria Cláudia Pereira Coelho. Rio de Janeiro. Ed.: Zahar.2

LOPES, Cleber Da Silva. (2011) *Como Se Vigia Os Vigilantes: O Controle Da Polícia Federal Sobre A Segurança Privada*. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, V. 19, N. 40, P. 99-121, Out. 2011

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro Koury. (2009) *Emoções, sociedade e cultura: a categoria de análise emoções como objeto de investigação na sociologia*. Curitiba. Ed. CRV. 104p.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro Koury. (2014) *Estilos de vida e individualidade: escritos em Antropologia e Sociologia das emoções*. Curitiba. Ed. Appris. 226p.

MAGNANI, José Guilherme C. (2002) *De Perto E De Dentro: Notas Para Uma Etnografia Urbana*. In: RBCS Vol. 17 no 49 junho/2002

MAGNANI, José Guilherme Cantor. (2008) *Na metrópole: Textos de antropologia Urbana*. 3. ed. São Paulo. Editora da Universidade São Paulo – Fapesp. 319p.

MCCRACKEN, Grant. (2003) *Cultura e consumo: novas abordagens ao caráter simbólico dos bens e das atividades de consumo*. Rio de Janeiro: Mauad.

MILLS, C. Wright. (2009) *Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios*. Rio de Janeiro. Ed: Jorge Zahar. 95p.

OLIVEIRA, Maria Leny Souza. (2014). *Feira de Santana no contexto da urbanização brasileira e a questão da moradia na favela*. Feira de Santana. Ed.: UEFS. 138p.

PORTO, Maria Stela Grossi. (2010) *Sociologia da violência*. Brasília; Ed.: Verbana. 336p.

RETONDAR, Anderson Moebus. (2007) *Sociedade de consumo, modernidade e globalização*. São Paulo: Annablume; Campina Grande EDUFPG.

REZENDE, Claudia Barcellos. (2010) *Antropologia das emoções*. Rio de Janeiro: Ed.: FGV. 136p

ROCHA, Maria Eduarda da Mota Rocha; ASSIS, Rodrigo Vieira de (2013). A *reconstrução sociológica do conceito de “cultura de consumo”*. XVI Congresso Brasileiro de Sociologia. 10 a 13 de setembro de 2013, Salvador (BA) disponível em: <https://www.academia.edu/4907687/A_reconstru%C3%A7%C3%A3o_sociol%C3%B3gica_do_conceito_de_cultura_de_consumo> (Acessado em setembro de 2017)

SIMMEL, George. (19983): sociologia/organizador [da coletânea] Evaristo de Moraes Filho: [tradução de Carlos Alberto Pavanelli...et al.]. – São Paulo: Ática.

SAPORI, Luís Flavio. (2007) *Segurança Pública no Brasil: desafios e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

VEBLEN, Tornstein. (1985) *A Alemanha imperial e a Revolução Industrial. A teoria da classe ociosa*. São Paulo: Abril Cultural.

V ESSEG - *Estudo do Setor de Segurança Privada – 2016* .Top Marketing Consultores especialmente para a FENAVIST – Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores. Disponível em: <http://www.fenavist.com.br/static/media/essegs/V_ESSEG.pdf >(Acessado em setembro de 2017)

ZALUAR, Alba. (1996) *Da revolta ao crime S/A*. São Paulo. Editora: Moderna.

ZALUAR, Alba. (2009) *Pesquisando no perigo: Etnografias voluntárias e não acidentais*. In: Revista MANA 15(2): 557-584.